



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
CURSO DE PSICOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eduarda Duarte Meireles

**TRAJETÓRIAS RUMO À PARENTALIDADE:
EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANS E NÃO BINÁRIAS**

Orientação: Profa. Dra. Daniela Centenaro Levandowski
Co-orientação: Euge Helyantus Stumm

Porto Alegre
2023

Eduarda Duarte Meireles

**TRAJETÓRIAS RUMO À PARENTALIDADE:
EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANS E NÃO
BINÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de grau de Bacharel em Psicologia pela
Universidade Federal de Ciências da Saúde
de Porto Alegre (UFCSPA)

**Porto Alegre
2023**

Catlogação na Publicação

Duarte Meireles, Eduarda

TRAJETÓRIAS DE PARENTALIDADE: EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS
TRANS E NÃO BINÁRIAS / Eduarda Duarte Meireles. -- 2023.
54 p. : 30 cm.

Relatório (trabalho de conclusão de curso) --
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto
Alegre, Curso de Psicologia, 2023.

Orientador(a): Daniela Centenaro Levandowski ;
coorientador(a): Euge Elyantus Stumm.

1. pessoas transgênero. 2. pessoas não binárias. 3.
parentalidade. 4. humanização da assistência. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Agradecimentos

Agradeço em especial à orientação e coorientação que tive, respectivamente, da Daniela Levandowski e de Euge Stumm, que embarcaram comigo na ideia de pensar a parentalidade para além dos moldes cisheteronormativos. Buscar inclusão e promoção de visibilidade a grupos marginalizados e estigmatizados é uma tarefa desafiadora, que, se não for feita com atenção e crítica, pode tornar-se mera reprodução de sentidos-comuns.

Às minhas colegas de graduação e amigas para a vida toda, Anna Júlia, Bianca, Gabriela e Victória, por terem me incentivado nesta trajetória e enxergado em mim o potencial para seguir firme durante os anos de formação que passamos juntas.

À minha irmã Raffaella, por dividir, indiretamente, todos estes anos de graduação comigo. Nossa torcida mútua e recíproca me manteve forte e atenta diante de tantos desafios.

Ao Rafael, que foi um dos grandes alicerces de afeto e olhar atento durante toda a execução deste trabalho.

Aos meus pais e irmão, que proporcionaram um lugar simbólico de tranquilidade para que a escrita deste trabalho pudesse ocorrer.

Às três pessoas que dividiram uma parte substancial de suas histórias comigo, para que esta pesquisa tomasse forma. Marion, Fran e Amélia têm minha gratidão e admiração.

E, finalmente, ao NEEDS, grupo em que pude me experimentar na pesquisa e que me abriu as portas para o exercício de uma ciência crítica, contemporânea e ética.

Apresentação

Este trabalho explorou a maneira como pessoas trans e não binárias desempenham o papel parental no cenário brasileiro, investigando também suas reflexões sobre o significado desse papel em suas vidas. Para tanto, conduzi uma pesquisa bibliográfica acerca do material científico existente e entrevistei três pessoas que passam por esta experiência. Todo este trabalho foi realizado enquanto estive inserida como aluna e bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Desenvolvimento e Saúde (NEEDS) da Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA), coordenado pela Profa. Daniela Centenaro Levandowski, experiência que me abriu portas para a exploração da pesquisa em Psicologia, principalmente das práticas parentais contemporâneas.

Para além da minha trajetória pessoal, o caminho acadêmico que tracei, sobretudo durante os períodos de estágio curricular, me proporcionou contato com atendimentos a pessoas trans e não binárias. Além disso, participei de grupo de estudos acerca das temáticas de diversidade de gênero e sexualidades. Estes contatos marcaram profundamente a minha prática, que, através de supervisões, estudos e trocas entre colegas e professores, foi transformando-se, também, em interesse de pesquisa.

Movida por esse interesse, optei por estruturar meu Trabalho de Conclusão de Curso em colaboração com o NEEDS, explorando a temática da parentalidade exercida por pessoas trans e não binárias. O percurso do trabalho compreendeu diversas etapas, desde a formulação do problema de pesquisa até a elaboração do projeto, a submissão ao Comitê de Ética, a busca por participantes, a coleta de dados, a redação e as revisões. Enfrentei desafios ao longo de todo o processo, destacando-se a complexidade da etapa de recrutamento de participantes. Durante os dois primeiros meses, distribuí cartazes em serviços de saúde, na universidade e divulguei o estudo em redes sociais, buscando acessar potenciais participantes. Contudo não obtive o retorno esperado. Após esse tempo, com a insistência nas ações de divulgação, somente três pessoas entraram em contato comigo e os trabalhos de coleta finalmente iniciaram-se.

Entendo que pesquisar a realidade trans e não binária, da perspectiva de uma mulher cisgênero, pode evidenciar limitações inerentes à minha própria experiência de gênero. No entanto, reconheço a importância do envolvimento de maneira respeitosa e sensível com as experiências e perspectivas de pessoas trans e não binárias, a fim de contribuir para uma Psicologia que proporcione cada vez mais inclusão e resistência. A justificativa para a pesquisa nesse contexto específico reforça a importância de compreender e dar visibilidade às experiências parentais desses grupos, preenchendo uma lacuna significativa na pesquisa

científica e contribuindo para a construção de conhecimento inclusivo e diversificado. A dificuldade de acesso a essas pessoas parece reforçar essa necessidade.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso apresento o artigo empírico qualitativo intitulado *Trajetórias Rumo à Parentalidade: Experiências de Pessoas Trans e Não Binárias*, elaborado com base em uma investigação sobre este tema, e que segue as normas da revista Periódicus (Qualis A3, CAPES; Área: Psicologia; ver Anexo 1), para a qual se pretende submetê-lo após as considerações da banca. A apresentação do TCC em formato de artigo empírico segue as diretrizes do Regulamento dos TCC do Curso de Psicologia da UFCSPA.

Em trilhas de vida, múltiplas e únicas,
O coração tece histórias, como finas tênues luvas.
Parentalidade, dança de amor e desafio,
Em cada verso, um eco, um laço no fio.
(Eduarda Duarte Meireles)

Sumário

Introdução	11
Ferramenta Metodológica	14
Participantes.....	14
Instrumentos	15
Procedimentos de Coleta de Dados.....	15
Análise de Dados	16
Considerações Éticas	17
Resultados	17
Caso 1	18
Caso 2	22
Caso 3	26
Discussão	29
Ingresso no exercício parental	29
Nomenclaturas, papéis e funções parentais	30
Relação da identidade de gênero com a criação de filhos/as/es.....	32
Redes de apoio e relações familiares	33
Vulnerabilidades na trajetória parental	34
Contatos com serviços de saúde	35
Conclusão.....	36
Referências.....	38
Anexo A	41
Anexo B	46
Apêndice A.....	49
Apêndice B.....	51
Apêndice C.....	53

Trajetórias Rumo à Parentalidade: Experiências de Pessoas Trans e Não Binárias
Pathways to Parenthood: Experiences of Transgender and Non-Binary Individuals
Trayectorias hacia la Parentalidad: Experiencias de Personas Trans y No Binarias

RESUMO:

Embora a parentalidade seja uma temática bastante pesquisada, as experiências parentais de pessoas trans e não binárias ainda são pouco exploradas no âmbito científico. Este estudo de casos múltiplos, de caráter qualitativo, transversal e retrospectivo, no qual participaram duas mulheres trans e uma pessoa não binária, buscou explorar as suas trajetórias e experiências de parentalidade, visando identificar singularidades, barreiras e experiências junto a sistemas de apoio e assistência, bem como o acesso à informação sobre saúde reprodutiva e planejamento familiar. As pessoas participantes responderam a uma ficha de dados sociodemográficos e foram entrevistadas. Os resultados revelaram processos de resignificação das nomenclaturas e papéis parentais, destacando a importância de redes de apoio na criação dos filhos e a insuficiência do modelo cisheteronormativo para dar conta dessas realidades. Foram abordadas as estratégias e desafios relacionados a questões de gênero na criação dos filhos. Ficaram evidentes trajetórias marcadas por vulnerabilidades econômicas e sociais e dificuldades nas interações com profissionais da saúde no contexto do planejamento reprodutivo. O estudo destacou a natureza personalizada dessas trajetórias e vivências e a necessidade de um olhar sensível e individualizado para o cuidado dessa população.

Palavras-chave: pessoas transgênero, pessoas não binárias, parentalidade, humanização da assistência.

ABSTRACT:

Although parenthood is a highly researched theme, the parental experiences of transgender and non-binary individuals remain underexplored in the scientific realm. This qualitative, cross-sectional, and retrospective multiple-case study, involving two transgender women and one non-binary person, aimed to explore their trajectories and parenting experiences, in order to identify singularities, barriers, and experiences with support and assistance systems, as well as the access to information on reproductive health and family planning. Participants completed a sociodemographic data form and underwent interviews. The results evidenced processes of redefining parental terms and roles, emphasizing the importance of support networks in child-rearing and the insufficiency of the cisgender and heteronormative

model to address these realities. Strategies and challenges related to gender issues in child education/raising were discussed. The results evidenced trajectories marked by economic and social vulnerabilities, as well as difficulties in interactions with healthcare professionals in the context of reproductive planning. The study underscored the personalized nature of these trajectories and experiences, emphasizing the need for a sensitive and individualized approach to caring for this population.

Keywords: transgender people, non-binary people, parenthood, humanization of assistance

RESUMEN:

Aunque la parentalidad sea un tema ampliamente investigado, las experiencias parentales de individuos trans y no binarios aún están poco exploradas en el ámbito científico. Este estudio de casos múltiples, cualitativo y transversal, en el que participaron dos mujeres trans y una persona no binaria, tuvo como objetivo describir sus trayectorias y experiencias de parentalidad, para identificar las singularidades, barreras, y experiencias con sistemas de apoyo y asistencia, así como el acceso a la información sobre salud reproductiva y planificación familiar. Las personas participantes completaron una hoja de datos sociodemográficos y fueron entrevistadas. Los resultados revelaron procesos de redefinición de términos y roles parentales, destacando la importancia de las redes de apoyo en la crianza de los hijos y la insuficiencia del modelo cisgénero y heteronormativo para abordar estas realidades. Se discutieron estrategias y desafíos en la crianza de los hijos relacionados con cuestiones de género. Quedaron evidentes trayectorias marcadas por vulnerabilidades económicas y sociales, así como dificultades en las interacciones con profesionales de salud en el contexto de la planificación reproductiva. El estudio destacó la naturaleza personalizada de estas trayectorias y experiencias, haciendo hincapié en la necesidad de un enfoque sensible e individualizado para el cuidado de esta población.

Palabras clave: personas transgénero, personas no binarias, parentalidad, humanización de la atención

1 Introdução

O presente estudo surgiu a partir da escassez de pesquisas sobre as vivências parentais de pessoas trans e não-binárias¹ no contexto brasileiro e dos seguintes questionamentos: Como pessoas trans e não-binárias têm vivenciado a parentalidade no contexto brasileiro? Quais as trajetórias de parentalidade dessas pessoas? A fim de situar o tema do estudo, foram revisados os conceitos de parentalidade e apresentado, de forma breve, o cenário das pesquisas sobre parentalidade em diferentes configurações de gênero, com ênfase na parentalidade entre pessoas trans e não binárias.

Parentalidade é o termo utilizado para descrever o conjunto de práticas exercidas por pais, mães ou tutores legais em relação aos seus filhos (GORIN et al., 2015). Conforme apontado por Judith Butler (2003), essas práticas surgem com o propósito de moldar as bases essenciais da interdependência humana, abarcando eventos como o nascimento, a educação dos filhos, relações de dependência e apoio emocional, entre outros.

As formas tradicionais de exercício da parentalidade costumavam ser representadas por uma família heterossexual composta por pais cisgêneros (GOLOMBOK, 2017). Contudo, tais formas não contemplam a ampla gama de configurações familiares atualmente encontradas na sociedade. Essa imagem cisheteronormativa negligencia indivíduos que exercem a parentalidade de forma dissidente, excluindo-as sistematicamente em grande parte das análises científicas sobre família e função parental (ANGONESE; LAGO, 2017).

Nas últimas décadas, um volume maior de pesquisas passou a contemplar as homoparentalidades (por exemplo, BLANKENHEIM; OLIVEIRA-MENEGOTTO; SILVA, 2018; SOUZA, 2013), nomenclatura que se refere principalmente a estilos parentais exercidos por famílias em que os pais ou mães são do mesmo sexo, desempenhando o papel de cuidadores e responsáveis pelas crianças (BLANKENHEIM; OLIVEIRA-MENEGOTTO; SILVA, 2018). No entanto, Elizabeth Zambrano (2006) já apontava para a insuficiência desta categoria para nomear a parentalidade exercida por pessoas trans e não binárias que, mais recentemente, têm sido objeto de estudos mais aprofundados em relação à parentalidade que exercem. Por isso, algumas autoras propuseram a utilização do termo transparentalidades como uma forma de garantir visibilidade e individuação para as experiências de pessoas trans (ANGONESE; LAGO, 2018; PINHO; RODRIGUES; NOGUEIRA, 2020; SOUZA, 2013; ZAMBRANO, 2006). Tratando-se de pessoas não binárias, não foi encontrada na literatura científica uma

¹ No presente estudo, os termos 'pessoas trans e não binárias' referem-se a indivíduos cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído ao nascimento ou não se encaixa em categorias estabelecidas (REISNER; HUGHTO, 2019).

terminologia que contemplasse especificamente estas práticas parentais. Olivia J. Fischer (2020) enfatizou a falta de denominações parentais que sejam não binárias, para além da maternidade ou paternidade.

Estudos já conduzidos no Brasil apontaram que, ao buscar assistência em saúde, pessoas trans enfrentam desafios que incluem a falta de sensibilidade cultural em relação à saúde transgênero, carência de orientação adequada, questionamentos inapropriados por parte dos profissionais de saúde, suposições imprecisas ou limitadas sobre questões de gênero, uso inadequado de pronomes e, em alguns casos, realização de procedimentos invasivos por parte desses profissionais (ANGONESE; LAGO, 2018; PEREIRA et al., 2022; SOUZA et al., 2022). No que tange às transparentalidades, a literatura científica nacional é escassa e a internacional aponta que pais, mães e pessoas cuidadoras trans enfrentam uma série de desafios, incluindo o estigma social, o medo da perda da custódia de seus filhos, a falta de apoio médico e psicológico, e a falta de reconhecimento legal de sua identidade de gênero (HAFFORD-LETCHFIELD et al., 2019). Com frequência, pessoas trans e não binárias demonstram receio em tratar assuntos específicos de saúde reprodutiva com profissionais da saúde, incluindo as opções de planejamento familiar disponíveis (BESSE; LAMPE; MANN, 2020), em função desses estigmas e preconceitos. A maior parte dos estudos sobre o tema retratam o despreparo destes profissionais para lidar com essas pessoas em diversos contextos (BESSE; LAMPE; MANN, 2020; FISCHER, 2020; SOUZA et al., 2022).

Existem diversos meios utilizados por pessoas trans e não binárias para alcançar a parentalidade, como adoção, coparentalidade, parentalidade biológica, doação de óvulos ou sêmen e barrigas de aluguel (ÁLVAREZ-DÍAZ, 2009). Mesmo assim, Angonese e Lago (2017) apontaram a existência de uma pressuposição de que essas populações sofrem com a esterilidade e com a falta de capacidade de exercer o papel parental. Segundo as autoras, estes pressupostos não decorrem dos procedimentos transexualizadores, mas operam de maneira simbólica, a serviço do preconceito. Com isso, pessoas trans e não binárias, de acordo com o conceito de zonas inabitáveis de Judith Butler (2004), frequentemente se veem confrontadas com a impossibilidade de habitar áreas socialmente aceitáveis, como a parentalidade, devido à construção normativa de gênero que as exclui, perpetuando desigualdades e falta de reconhecimento de suas experiências.

Estudos têm indicado que a vivência da parentalidade, especialmente por meio da reprodução sexual ou assistida, apresenta particularidades a partir da perspectiva de pessoas trans e não binárias (BESSE; LAMPE; MANN, 2020; PEREIRA et al., 2022; SOUZA et al., 2022). Há um sofrimento específico experimentado por vidas que gestam crianças devido à

passabilidade, ou seja, à forma como uma pessoa é percebida em relação ao gênero com o qual se identifica, seja pela sociedade em geral ou por indivíduos específicos (CHINAZZO et al., 2021). De acordo com esses autores, ao passar pela experiência de gestar uma criança, mudanças corporais significativas ocorrem, como a das características sexuais secundárias, o que inclui transformações hormonais, crescimento do útero e mamas, aumento de peso, compondo uma série de adaptações fisiológicas que são inerentes à gravidez. Isso gera angústia para essas pessoas gestantes, uma vez que o entendimento normativo da maternidade, envolvendo o ato de gerar e cuidar de um filho, é equivocadamente enquadrado como uma experiência associada apenas ao gênero cis-feminino (BESSE; LAMPE; MANN, 2020). Essa angústia é sobretudo ligada ao fato de que a passabilidade possibilita às pessoas trans a redução de potenciais situações de violência e discriminação (RODRIGUES, 2016 apud PINHO; RODRIGUES; NOGUEIRA, 2020).

Érica Souza (2013) comparou experiências entre mulheres trans brasileiras e canadenses, concluindo que as experiências desse grupo específico na parentalidade são diversas e podem ser moldadas por vários fatores, tais como a época em que a transição de gênero ocorreu, o apoio social e familiar recebido e os recursos econômicos disponíveis. Sobre estas particularidades, TRAJANO (2019) mencionou que as participantes de seu estudo variaram em como se identificavam, com algumas considerando-se mães, enquanto outras optaram por se identificar como pais. Sendo assim, essa escolha de nomenclatura mostrou-se única para cada pessoa.

Diante da literatura existente sobre as experiências de pessoas trans e não binárias a respeito do exercício da parentalidade no Brasil, entende-se como necessária a investigação dessas experiências para esses diferentes grupos de indivíduos, que enfrentam barreiras e desafios singulares enquanto exercem o papel parental e vivenciam particularidades no processo de transição para a parentalidade. Dentre esses desafios e barreiras, encontram-se o estigma social, a discriminação, a falta de acesso a serviços de saúde e o medo de perder a custódia de seus filhos (BOWER-BROWN, 2022), como já mencionado. Acerca do exercício parental enquanto pessoa trans ou não binária, destaca-se encontro com espaços parentais que, muitas vezes, são identificados como altamente cisnormativos e binários (BOWER-BROWN; ZADEH, 2020) e, por outro lado, a possibilidade de construir uma família que não se baseia ou se sustenta nesses padrões (FISCHER, 2020).

Portanto, este estudo se propôs a explorar as trajetória e experiências de parentalidade de pessoas trans e não binárias no Brasil, visando identificar singularidades e barreiras

encontradas no exercício da parentalidade, experiências junto a sistemas de apoio e assistência à parentalidade, e o acesso à informação sobre saúde reprodutiva e planejamento familiar.

2 Ferramenta Metodológica

2.1 Delineamento

Trata-se de um estudo de casos múltiplos (YIN, 2010), qualitativo, de caráter transversal e retrospectivo. Este desenho metodológico é particularmente valioso quando se busca uma compreensão mais profunda e holística de um fenômeno complexo, permitindo a análise de diversas perspectivas e contextos para enriquecer a compreensão global (YIN, 2010). Justifica-se a escolha deste delineamento em função da dificuldade de acesso a pessoas trans e não binárias, e à possibilidade de contemplar a análise aprofundada das particularidades dos casos em estudo.

2.2 Participantes

Participaram do estudo duas pessoas trans e uma pessoa não binária, com idades entre 28 e 62 anos, residentes no Brasil e que exercem a parentalidade. A idade dos filhos das pessoas participantes variou entre 4 e 35 anos. Os nomes e alguns dados sociodemográficos foram alterados, visando manter o anonimato das pessoas participantes, para preservar a sua identidade, embora evitando o comprometimento substancial da compreensão de cada caso. Os dados sociodemográficos das pessoas participantes são apresentados de forma detalhada na Tabela 1.

Tabela 1. Dados sociodemográficos das pessoas participantes do estudo

Nome	Identificação de gênero	Idade (anos)	Nº de filhos	Estado civil	Estado conjugal	Mora com quem	Situação ocupacional	Orientação sexual
Mario n	Mulher trans	62	2	Separada	Namoro fechado	Namorad a e enteada	Desempregad a	Homossexual
Fran	Não binárie	28	1	Separade	Relação poliamoros a	Amigo e filho	Empregade	Pansexual
Améli a	Mulher trans	50	1	Divorciad a	Solteira	Ex-esposa e filho	Empregada	Heterossexua l

A seleção das pessoas participantes foi realizada por conveniência, a partir da divulgação do estudo de forma remota (publicação de convite no perfil das autoras e do NEEDS UFCSPA [Núcleo de Estudos em Desenvolvimento e Saúde] no *Facebook* e *Instagram*) e presencial (distribuição da versão impressa do convite em murais de universidades e serviços de saúde).

2.3 Instrumentos

A coleta de dados deste estudo baseou-se no uso de uma Ficha de Dados Pessoais (Apêndice A) e de uma entrevista (Entrevista sobre a Parentalidade Exercida por Pessoas Trans e Não Binárias, Apêndice B). A primeira foi construída pelas autoras para o presente estudo com o objetivo de coletar informações que permitissem caracterizar os casos analisados, tais como *e-mail* para contato, idade, cidade de residência, profissão, escolaridade, religião, descrição da identidade de gênero e da orientação sexual, histórico de procedimentos realizados que se relacionam com o processo transexualizador e de identificação da identidade de gênero, condições de moradia, estado civil, número de filhos etc. Todas as respostas foram opcionais, visando o conforto das pessoas participantes e considerando o caráter sensível de alguns questionamentos.

Quanto à entrevista, foi elaborado pelas autoras do estudo um roteiro semiestruturado de perguntas, contendo perguntas abertas e semiabertas referentes à decisão de exercer e concretizar a parentalidade e à experiência da parentalidade desde então enquanto pessoa trans ou não binária. O roteiro foi elaborado para contemplar três eixos temáticos: "Iniciando a trajetória de parentalidade", "Particularidades da parentalidade para além da lógica binária", "Desafios do exercício da parentalidade". Realizou-se perguntas como: "Querida que você me contasse um pouco sobre como se tornou pai, mãe, cuidador/e/a parente", "Você acha a identidade de gênero importante para a parentalidade?" e "Como tem sido criar a sua criança?". Pelo caráter da entrevista, algumas perguntas adicionais foram realizadas pela entrevistadora (primeira autora), no intuito de aprofundar os temas abordados pelas pessoas participantes em seus relatos.

2.4 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta iniciou-se em maio de 2023, após a aprovação do estudo pelo CEP da UFCSPA, e estendeu-se até setembro do mesmo ano. As pessoas que se interessaram em participar do estudo, a partir da divulgação *online* ou presencial, entraram em contato através do telefone ou *e-mail* da primeira autora, que, na sequência, enviou um *link* do *Google Forms*

de acesso a um formulário contendo a Ficha de Dados Pessoais. Ao acessar o *link*, o primeiro passo consistia na apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). Uma cópia eletrônica do TCLE foi enviada posteriormente às pessoas participantes por *e-mail*.

No caso do consentimento com a participação no estudo, a plataforma concedia acesso, então, à Ficha de Dados Pessoais (Apêndice B). Após a finalização do preenchimento da Ficha, era realizada pela primeira autora a conferência dos critérios de inclusão e exclusão. Em caso de cumprimento destes critérios, fez-se novo contato para agendamento de uma entrevista individual *online* com estas potenciais pessoas participantes.

Todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota, via Plataforma *Google Meet*, com duração aproximada de 60 minutos cada, tendo sido áudiogravadas mediante autorização das pessoas entrevistadas. Antes da coleta de dados, foi realizado um estudo piloto, com o objetivo de verificar a logística de coleta de dados (tempo necessário para o preenchimento de instrumentos e realização da entrevista e adequação dos instrumentos para a coleta de informações relevantes ao propósito do estudo). A partir do *feedback* recebido desta pessoa e da análise das autoras, não foram necessárias modificações na quantidade, na ordem e no conteúdo dos instrumentos e nem na logística de coleta de dados, tendo se dado início à coleta de dados. Ao final da entrevista, procedeu-se à transcrição das mesmas para posterior análise.

2.5 Análise de Dados

A análise dos dados coletados na presente pesquisa foi realizada segundo as orientações de YIN (2010), que descreve o método de estudo de casos múltiplos como propício para fins comparativos, visando à análise de unidades sociais convergentes e à lógica da replicação. A escolha do método se justifica neste estudo por se tratar de populações que sofrem com a invisibilização social e estigma, bem como com uma exclusão sistemática de políticas públicas. Portanto, a análise profunda de cada caso buscou contemplar, em alguma medida, as particularidades que tocam à população trans e não binária.

Robert K. Yin (2010) prevê os seguintes passos para a realização da análise de dados de casos múltiplos, adotados no presente estudo: preparação dos dados, análise interna de cada caso, análise comparativa entre casos e interpretação dos resultados. Assim, após a transcrição literal de todas as entrevistas, foi realizada uma análise individual de cada relato. Após, foi feita uma comparação, de forma geral, entre os dados sociodemográficos e a entrevista de cada participante. Nessa etapa, foi utilizada a estratégia de proposições teóricas, considerando os objetivos do estudo e a literatura existente nessa área, para a compreensão de cada caso, isto é,

a análise interna dos casos (YIN, 2010). Posteriormente, os casos foram comparados entre si visando ampliar a compreensão do fenômeno em estudo. Assim, buscou-se identificar padrões e tendências comuns, bem como diferenças entre eles, de acordo com a estratégia de síntese de casos cruzados (YIN, 2010).

2.6 Considerações Éticas

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFCSPA (Parecer número 6.045.472, CAAE: 68396923.3.0000.5345) (Anexo B). Adotou-se os preceitos éticos das resoluções 466, de 12 de dezembro de 2012 e 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, 2016). Em função da utilização de ambientes digitais na pesquisa, as diretrizes do Ofício Circular N°2/2021/CONEP/SECNS/MS também foram seguidas, pois tratam de Orientações para Procedimentos em Pesquisas com Qualquer Etapa em Ambiente Virtual (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Foram adotadas ainda as diretrizes preconizadas na Lei N° 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018).

A partir do *link* de acesso ao estudo, as pessoas participantes visualizaram o TCLE e o assinaram de forma digital, após a leitura, assinalando a opção de concordância ou não com a participação. Somente após a aceitação foram disponibilizados os demais instrumentos (Ficha de Dados Pessoais e agendamento da Entrevista). Ao final da entrevista, para quem necessitasse, a primeira autora oferecia uma possibilidade de acolhimento. As entrevistas foram registradas apenas em áudio, tendo sido transcritas pela primeira autora. Todo o material está armazenado nas dependências da UFCSPA.

3 Resultados

A seguir são apresentados os relatos dos três casos analisados, com base nas informações apresentadas pelas pessoas participantes e em temas estruturantes organizados a partir da leitura das entrevistas. São eles: história de vida pessoal, ingresso no exercício parental, relações intrafamiliares, intersecções entre parentalidade e gênero, e contato com serviços de saúde. Na sequência, encontra-se a Discussão, organizada a partir da análise individual (interna) dos casos e da análise comparativa entre os casos (síntese de casos cruzados).

3.1 Marion

Marion expressou interesse em participar da pesquisa via *WhatsApp*, após tomar conhecimento de um cartaz em um serviço de saúde de sua cidade. Ela é uma mulher trans de 65 anos que começou a explorar a sua identidade de gênero há seis anos. Marion é mãe de dois filhos (de 35 e 28 anos). Ela acompanhou a vida do filho mais novo desde o nascimento, e atua, segundo ela, como pai perante ele. Quanto ao filho mais velho, Marion só teve a oportunidade de conhecê-lo aproximadamente 18 meses antes da coleta de dados, momento que descreveu como sensível e emocionante. Quanto à parentalidade, Marion referiu que:

"Não, eu nunca quis ser pai, porque eu não me via como figura masculina paterna. Talvez seja isso. Hoje eu me vejo mais como pai do que quando eu era homem, né? Mas eu não consigo desvincular da figura. Eu não consigo me ver como mãe, tá?"

Ao iniciar a entrevista, a participante contou, inicialmente, sobre a trajetória que percorreu em relação à identidade de gênero. Todo o trajeto mostrou-se atravessado por questões etárias, familiares e amorosas. Marion retratou uma adolescência repleta de dúvidas em relação à sexualidade. Aos 60 anos, através de um processo psicoterapêutico, compreendeu que o sentimento de não pertencimento relacionava-se, principalmente, com a sua identidade de gênero. Marion afirmou ter vivido uma infância marcada por machismo e represálias à experimentação sexual e à aparência/vestimenta.

Antes de se identificar como mulher trans, relatou breves relacionamentos com mulheres, associando-os à tentativa de “encaixar-se” em um funcionamento cisheteronormativo. De sua primeira relação, estabelecida durante a adolescência, nasceu o primeiro filho, que só veio a conhecer aos 58 anos. Ela relatou que, durante essa gravidez, surgiu um desentendimento em relação ao registro de sua paternidade, devido a conflitos no relacionamento entre ela e a mãe de seu filho, o que levou a mãe a não permitir que Marion fosse registrada como pai: *"Na época não existia DNA. E que que fazia? Entrava com uma ação, levava a testemunha e basicamente era testemunha. Testemunha ia convencer o juiz. Se convenceu, tu era pai, se não, não. (...) Eu perdi"*.

Durante a pandemia de Covid-19, Marion, assistindo a uma reportagem na TV, identificou por acaso a mãe de seu filho. Através de buscas pelo *Facebook*, entrou em contato com a mulher e, posteriormente, com o próprio filho. Segundo Marion, a sua relação com ela sempre foi conturbada, principalmente pela discriminação perante à sua identidade de gênero.

"Parecia que não tinha passado 40 anos [que elas não se encontravam], [ela se comportou] do mesmo jeito que ela me tratava. Ela tentou me tratar, até que chegou no terceiro dia [de convivência]... ela começou a me xingar de 'arrombado', 'bicha louca', essas coisas. Aí eu tava entrando num terreno perigoso, falei: 'tô te bloqueando'".

Mesmo com essa dificuldade de comunicação com a ex-mulher devido às agressões sofridas, Marion decidiu contatar o filho. Através das redes sociais, marcaram um encontro em um *shopping*, onde puderam conversar presencialmente em relação às suas histórias e a como o relacionamento funcionaria daquele momento em diante. Na ocasião, ela relatou ter conseguido conhecer melhor a trajetória de vida do filho e aproximar-se de sua história.

"E lá pelas tantas, ele se fragou que eu era quem eu era. Ele perguntou: 'Tu é o [nome morto]? Eu digo: 'Não, já fui... agora eu sou a Marion. Mas sim, eu sou teu pai'. E aí ele disse: 'Ah, mas eu não preciso de pai de novo' [...] Aí eu olhei para ele e disse: 'Realmente, eu não posso fazer nada. [...] Seria muito idiotice da minha parte querer que você me chame de papai, né? Não é isso que eu quero. Eu quero te dar referência. [...] Família. Vó, vô, tio, uma história, fotos. Porque qualquer coisa que tu possa usar como teu passado, já que a tua mãe tu rejeitou, ou ela te rejeitou, sei lá'".

Posteriormente a esta relação na qual o primeiro filho foi gerado, Marion casou com uma mulher com quem se relacionou por algum tempo, e como fruto desta relação, nasceu o seu segundo filho. Com ele, Marion estabeleceu uma relação mais próxima, já que o acompanhou a vida inteira enquanto pai. Sobre esse exercício parental de maior duração, Marion apontou se sentir ausente como cuidadora:

"Ele é um filho que eu fui muito, muito ausente como pai. Não pelo fato... Sei lá, de querer me afastar, pelo fato da minha própria, problema de identidade, de não me identificar como homem. Nunca levei num jogo de futebol, por exemplo. Não gosto de futebol, ia levar pra que no futebol? Eu não deixava dar arma de presente, aquela coisa masculina..."

Embora Marion identifique-se como pai, também relatou desempenhar funções tradicionalmente associadas à maternidade. Ela referiu ter construído a sua prática parental com base no que lhe fazia sentido como cuidadora, levando em consideração a sua própria trajetória:

"Mas o fato é que eu sempre fui uma pessoa extremamente materna. Eu gosto de fazer comida, eu gosto de levar comida pros meus filhos, eu gosto de ajudá-los nas coisas, eu gosto de participar do que eles estão falando. Gosto que eles me falem das namoradas [...]"

Nessa jornada de descobertas do fazer parental, a experiência de ser avó entrelaçou-se na narrativa de Marion, porque seu filho mais velho estava prestes a se tornar pai no momento da coleta de dados. De acordo com as palavras dela, o fato de essa criança ter sido concebida no momento em que ela já se identificava como mulher tornava mais fácil para ela se conectar diretamente com um papel que costumava associar ao feminino, neste caso, o papel de avó.

"Eu me sinto vó, mas eu não me sinto mãe. Do [neto] eu me sinto vó. Já me sinto vó, né? É que eu não consigo ser como os dois. Talvez porque, na época em que foram gerados, o gênero tava errado. Mas eu me sinto, vó. Tanto que não me chama de vó. Me chame de vovó"

A entrevistada descreveu que, em relação à sua identidade de gênero, seus filhos não demonstraram qualquer forma de discriminação, o que fez com que Marion experimentasse uma sensação de inclusão:

"Eles me vêem hoje como mulher. Não conseguem enxergar o [nome morto]. Nem o [filho mais novo] que conviveu mais com o [nome morto] do que o [filho mais velho]. [Filho mais velho] me vê como mulher desde o início, tanto que eu fui, nós fomos num show [...] e eu entrei como mulher lá. Recebi a fitinha lá identificando como mulher. Vou em banheiro feminino, tudo, sem problema nenhum. E com o [filho mais novo] achei que talvez tivesse alguma dificuldade, mas não, ele abraçou a Marion, e me abraçou de uma forma muito intensa".

Essa percepção pareceu ser inédita, uma vez que, de acordo com o seu relato, seus outros familiares nunca manifestaram algo semelhante: *"Em março, três irmãos meus [...] se juntaram e me expulsaram da casa com a roupa do corpo. Não falaram abertamente. Acredito muito por preconceito mesmo".*

Sobre o exercício da parentalidade, Marion pareceu ter descoberto a possibilidade de “fazer diferente” do que fizeram com ela, no sentido de proporcionar uma criação e um contato parental livre de julgamentos, que incentivasse a liberdade de expressão de gênero, sem tantas amarras cisheteronormativas:

"Mas não, nunca, nunca forcei muito a barra na questão de gênero, mas participava e tudo, tudo com ele [filho mais novo]. Deixei ele ter liberdade, coisa que eu não tive por causa, principalmente dos meus irmãos. Então ele queria fazer dança, ele fez dança uma época tudo, né? E eu vejo a diferença nele".

Ao mesmo tempo em que incentivou a liberdade de seus filhos, Marion relatou ter, em alguns momentos de sua vida, resguardado a sua própria liberdade sexual e de expressão com o receio de que isso pudesse influenciar seus filhos. Esse fato apareceu conectado, em seu relato, às discriminações sofridas nos relacionamentos amorosos e de amizade:

"Eu falava em botar roupa de mulher, falava em deixar o cabelo, falava em fazer maquiagem, era perder o namoro, perder a amizade, perder o casamento. E eu tinha medo que isso influenciasse meus filhos no comportamento. Hoje eu vejo que é bobagem, né?"

Frente a uma história de vida marcada, entre outras experiências, por exclusões familiares que levaram à vulnerabilidade econômica, Marion relatou já ter tido duas tentativas de suicídio. Em meio a essas dificuldades, ela indicou o amparo e o acolhimento proporcionados pelo filho mais novo: *"o [filho mais novo] sim, eu falei mais, até porque... Não é que eu tenha mais confiança, é que conheço mais ele e ele até me convidou pra morar com ele".*

Em certo momento da sua trajetória, Marion passou por uma orquiectomia (retirada dos testículos), para a qual teve contato com diversos profissionais da saúde. A equipe médica lhe ofereceu, durante as consultas endocrinológicas, a possibilidade de congelar sêmen, a fim de garantir a possibilidade de planejamento familiar futuro, caso desejasse. Além disso, afirmou ter tido um bom tratamento no decorrer destes atendimentos, relacionado ao respeito frente à existência de um planejamento reprodutivo: *"Todos [os profissionais] abordam [o planejamento reprodutivo], o urologista, o psicólogo. Sempre tá perguntando isso aqui também (...) Isso, o trato muito... vamos dizer assim, muito mais avançado do que eu imaginava que seria".* Nesse sentido, em relação aos serviços de saúde, a queixa principal de Marion relacionou-se à sua idade como um aspecto usado para ordenar os atendimentos em relação aos processos transexualizadores:

"[o atendimento] ainda está muito preso a entidades políticas do qual eu não faço parte. Então eu nunca vou conseguir ficar na frente da fila. Estou sempre atrás. É

outra.... Hoje mesmo, lá no Clínicas, é pessoas de 18 a 20 anos, não senhores e senhoras de 60 anos. A gente sempre vai pro final da fila pra qualquer coisa”.

Mesmo assim, Marion relatou que, no momento da entrevista, sentia-se satisfeita consigo e com a história traçada até aquele momento enquanto pai e mulher trans: *"Aquele menininho que nasceu lá em 1964, que era menininho porque Papai do céu errou na hora de colocar na fôrma lá, botou na fôrma errada, cara, ele poderia ser mais feliz? Poderia. Mas ele tá sendo feliz agora"*

3.2 Fran

Fran me procurou interessada em participar da pesquisa, cuja divulgação acessou através de uma rede social. Ele é uma pessoa não binária de 24 anos, que possui um filho de quatro anos e que escolheu utilizar o termo "mãe" para se autodescrever em relação à função parental que desempenha. Compartilhou que a maternidade não foi uma decisão planejada, mas que, na época de sua gravidez, estava em um relacionamento com um homem que tinha grande desejo de ser pai. Ele também expressou que, desde a sua infância, tinha o desejo de se tornar mãe; no entanto, reconheceu que o momento em que engravidou não foi o melhor e nem a pessoa com quem concebeu a criança. Fran afirmou que a trajetória de gravidez e pós-parto foi marcada por um período de depressão: *"Eu não conseguia fazer nada, fora sair para trabalhar e voltar para casa. Eu tinha muito, muito cansaço físico, mental, de uma sobrecarga muito grande, além de uma sonolência".*

Fran associou o período difícil de sua gestação e puerpério a questões hormonais e à experiência de vivenciar a gravidez enquanto pessoa não binária. Ele destacou o momento em que percebeu seu próprio corpo grávido como algo que se tornou de domínio público, passível de ser tocado sem permissão e automaticamente associado ao feminino, por estar em processo de gestação:

"As pessoas se sentiam no direito de me tocar. E aí eu ficava tipo: ‘O que tá acontecendo? Me larga de mão!’. E as pessoas se sentem no direito de dizerem o que achavam que eu tinha que fazer ou não... e me chamar de mulher, sabe? Só porque eu estava com um barrigão. E eu dizia: ‘Não sou mulher!’"

Segundo Fran, a gravidez modificou as suas características sexuais secundárias, acarretando, por exemplo, o aumento do volume das mamas, associando isso à escolha de amamentar. Destacou que as características físicas podem influenciar a percepção do gênero de

uma pessoa pela sociedade, gerando expectativas sociais em relação à aparência. Segundo ele, o corpo feminino é naturalmente sexualizado e, ao deparar-se com a gravidez e com pessoas assumindo seu gênero como feminino em função disso, sentiu-se ainda mais hipersexualizado e desrespeitado:

"Daí também acho que ser lide como mulher, porque eu nunca tive muito peito, então sempre tive facilidade... não precisava me preocupar se eu ia ter que tirar ou não, sabe? Mas, quando eu tava grávida, quando eu tava amamentando, eu estava com os peitos muito grandes".

Em contrapartida às experiências negativas trazidas pela gestação, Fran também compartilhou um planejamento cuidadoso da gravidez, alinhado às suas preferências pessoais. Descreveu uma experiência gratificante, que culminou no tipo de parto desejado, em formato domiciliar. Em função dos desafios da gravidez, Fran teve dificuldades para vincular-se emocionalmente ao filho recém-nascido. Segundo ele, a escrita terapêutica e a psicoterapia auxiliaram durante esse período no entendimento de sua trajetória de parentalidade como singular e, dentro dessa individuação, a perceber os desafios e as dificuldades enquanto naturais e parte do processo:

"Todos os terapeutas em geral que me acompanharam, me ajudavam muito nessa questão de tipo, 'Tá tudo bem não ser no mesmo tempo que as outras pessoas, não ser no mesmo... não ser automático como é pras outras pessoas, não precisa te comparar a ninguém. A tua maternidade vai ser a tua maternidade, vai ser o jeito que tu vivencia as coisas. Tu não precisa te... cobrar disso'. Era muito... aceitação, sabe? Eu acho que a palavra que eu passei assim durante o começo da minha maternidade era aceitação".

Fran afirmou que sua família nuclear não acolheu seu processo de identificação de gênero, resultando em uma relação marcada por rejeição e sentimento de inadequação. Relacionando a essa experiência, ele relatou seu comprometimento em educar-se sobre maternidade e criação coletiva, demonstrando empenho em manter um ambiente saudável e informado para o crescimento de seu filho. Segundo Fran, este formato de criação seria especialmente benéfico por garantir experiências autônomas e críticas para a criança, que vai sendo capaz de estabelecer relações próprias e receber estímulos de maneira mais liberta, embora em formato seguro e monitorado.

Fran contou que tem se relacionado com outras pessoas de forma não monogâmica, deixando abertas as possibilidades quanto à forma com a qual esses afetos relacionar-se-ão com

seu filho. Ele destacou que não concorda com imagens pré-estabelecidas de relação, como, por exemplo, a suposição de que um namorado deve exercer o papel de padrasto junto ao seu filho. Fran exemplificou que um de seus afetos estabeleceu importante relação de amizade com o filho, e que, num ambiente protegido por ele, eles livremente mantiveram esse relacionamento. Dessa forma, Fran disse entender que relações amorosas não são necessariamente relevantes para o exercício da parentalidade, por não servirem como prerrogativas para a forma como o seu filho será criado.

Durante a entrevista, Fran pontuou um aspecto importante para reflexão sobre a maternidade e a não binariedade. Segundo ele, existe um fator imprevisível sobre o modo como será tratada por outras pessoas, que, por vezes, incomodou e gerou sofrimento:

"Acho que outra grande dificuldade da maternidade no papel da não binariedade é que é novo, entendeu? Ninguém sabe como te chamar... Tu não sabe como te chamar. Então tu acaba tendo que recorrer às coisas que já existem, porque é mais fácil. Ou tendo que inventar tudo novo, sabe? Eu achei muito... Eu criei. No começo assim, eu não... Nunca chamei meu filho de menino. Tentava não usar o pronome masculino com ele. Eventualmente, pelo cansaço de ter que explicar, de ter que falar, a gente acabou usando pronome masculino".

Fran mencionou a desconstrução de gênero como algo importante para o exercício parental. Ele relatou ter vivido um luto, ainda em sua adolescência, pelo fato de ter rompido relações com os seus pais, por terem reprimido seu modo de ser ao ponto de tornar a relação insustentável. Ligado a isso, ele contou como, a partir dessa noção primitiva de relação parental, estava conseguindo reinventar as formas de matinar. Desde a escolha do nome até o modo pelo qual as noções introdutórias de gênero têm sido apresentadas ao seu filho, Fran pareceu querer fazer o que não foi feito para ele em sua juventude. Afirmou que, desde cedo, apresentou ao filho um repertório básico sobre educação de gênero, incluindo as infinitas possibilidades de identificação:

"Por exemplo, eu coloquei um nome no meu filho que ele não precisasse retificar [...] Eu criei ele de uma forma que ele pudesse ser livre como eu gostaria de ser, como eu me esforço para ser, sem essa questão dos papéis de gênero".

"Mas até ele fazer uns três anos, eu acho, que quando ele começou a ir pra escolinha, ele não sabia o que era ser um menino, sabe? Porque eu nunca disse, nunca falei. E tanto que, quando eu perguntava para ele: 'Tu é menino?', ele dizia 'Não!', 'Tu é

menina?’, ‘Não’, ‘E o que tu é?’, ‘Sou [nome do filho], porque não.... nunca. não era uma coisa que eu trouxe pra criação dele. E é só muito diferente, sabe? É muito diferente do que as outras pessoas vivenciam como maternidade. É um lugar muito solitário de ser Parece que tu deliberadamente tá desafiando a sociedade, como se fosse o que tu quisesse, entendeu? Sim, esse é o meu bel prazer: ‘porque eu quero, que eu gosto’”.

Junto ao esforço e energia dispendidos no papel de criadore de seu filho, Fran contou que, por vezes, sentia-se sozinho frente a tantos impasses. Ele afirmou ainda frequentava locais familiares nos quais utilizavam seu nome morto, atitude agressiva e que desrespeitava o seu próprio desejo. Fran afirmou considerar importante o contato de seu filho com familiares como tios e avós, mesmo que estas pessoas não lhe tratassem bem.

Sobre o tratamento que Fran já recebeu em serviços de saúde, ele relatou uma passagem ocorrida em um atendimento especializado para pessoas trans, em que diversos serviços gerais de saúde são disponibilizados. Em uma consulta marcada pelo pragmatismo, não se sentiu acolhido por tratarem a sua vinda como se fosse exclusivamente voltada para fins de readequação de gênero, não levando em conta outras questões, como a gravidez, o planejamento familiar e as subjetividades. Segundo ele, estes acontecimentos configuraram microagressões, que podem se manifestar de muitas formas.

Fran contou ter sempre sofrido preconceitos, muitas vezes de forma velada. Relatou o fato de duvidarem de sua capacidade de maternar, entre outros motivos, em função da sua identidade de gênero. Por ser uma pessoa não binária, estudante universitária e sem um emprego fixo, disse que passou por momentos de insegurança financeira que culminaram em um ano sem a guarda de seu filho, que permaneceu com o pai. Nesse tempo, Fran se reorganizou e se restabeleceu, garantindo a retomada da guarda. Atualmente, o filho visita o pai biológico de forma periódica, mas vive com Fran em tempo integral. Mesmo assim, embates com o pai de seu filho, por ele colocar em dúvida a sua capacidade de maternar, ocorrem, gerando sofrimento e insegurança em Fran. Ele afirmou que o exercício da humildade e de mostrar, através de atos, que é capaz de desempenhar o papel parental de forma suficientemente boa, auxiliam a enfrentar essa realidade.

A entrevista finalizou com Fran falando sobre a importância de pensar a maternidade fora de uma realidade romantizada, a qual obriga a instituição do matrimônio cisheteronormativo e exclui parte fundamental da população. Segundo Fran, desempenhar a maternidade solo e integrar um grupo amplamente excluído da sociedade é um grande desafio,

que dia a dia parece ser trabalhado por ele através da criação em comunidade, junto à rede de apoio que formou ao longo dos anos. Ainda assim, reconheceu que, embora não necessariamente ligados às identidades de gênero, os papéis parentais carregam em si um estigma centenário. A mãe leva o papel de cuidadora principal, que tudo suporta, enquanto o pai pode ser, na maioria das vezes, isento de responsabilidades inerentes à criação e ao cuidado de uma criança. Nesse sentido, Fran afirmou que adotou a nomenclatura "mãe" como escolha política, justamente reforçando que esse papel maternal fundamental de criação não faltará ao seu filho e será desempenhado por uma pessoa não binária, contrariando uma sociedade ainda amplamente preconceituosa.

3.3 Amélia

Amélia entrou em contato ao se deparar com a divulgação da pesquisa em seu serviço de saúde local e sentir uma conexão com o tema do estudo. Aos 52 anos, Amélia é uma mulher trans e pai de um filho de 12 anos. Ela compartilhou que iniciou seu processo de afirmação de gênero há 8 anos, embora sempre tenha sentido que não se identificava com o gênero que lhe foi designado ao nascer. Amélia descreveu uma jornada desafiadora ao lidar com sua família, da qual ela relata inúmeras atitudes preconceituosas. Ela explicou que inicialmente não desejava ter um filho. No entanto, após conversas com a sua então esposa, decidiram conceber uma criança. Quando Amélia começou seu processo de transição de gênero, seu filho tinha apenas três anos. Naquele momento, ela mencionou que houve desentendimentos com sua parceira em relação à nomenclatura parental que Amélia utilizaria.

"Aí ele me chamava de pai. No começo até eu queria ser mãe, até que ele me chamasse de mãe. Mas daí teve uma encrenca. Daí nós entramos em choque, eu e a mãe dele, né? Porque ela não queria dar... dizia: 'Mãe sou eu, tu não tava com ele na barriga, tu não pariu, tu não passou pelo trabalho de parto, entendeu?'. E aí eu vi duas coisas: meu comportamento com ele, comparando com ela, não era de mãe, eu agia como pai. E outra, daí eu pensei: 'Bom, se eu não posso ser mãe, então vou ser tia, dinda, né?'. Daí disse: 'Mas se eu for mãe? Ou se eu for dinda? Ou se eu for alguma outra coisa, eu vou estar matando o pai dele, eu mesma. Eu vou matar o pai dele, eu vou matar eu, né? Então não vou matar o pai do meu filho'"

Assim, Amélia relatou ter enfrentado um processo de ressignificação das nomenclaturas parentais, contando com um desvencilhamento da atribuição de gênero aos títulos de "pai" e "mãe". Todo o processo inicial de transição da participante, segundo ela, foi marcado por

conflitos internos e externos, como com a mãe de seu filho. Para além das titulações parentais, houve também uma recusa inicial de sua parceira em lidar com a realidade de identificação de gênero que Amélia estava apresentando. Ela relatou que a parceira se sentiu traída e afastou-se, além de ameaçar a retirada da guarda do filho. Esse embate foi solucionado através do diálogo e da compreensão de que a privação do contato do filho com a figura paterna, no caso, a de Amélia, prejudicaria sobretudo a criança.

Com o passar do tempo, conforme Amélia afirmou, a relação entre ela e a mãe de seu filho foi se reconfigurando. Atualmente as duas moram juntas e mantêm uma relação de amizade e cumplicidade na criação do filho. Amélia afirmou tratar-se de uma relação de respeito mútuo. Ela também revelou não ter alterado o seu nome em cartório, visando, segundo ela, não prejudicar a mãe de seu filho.

"Eu não troquei meu nome, né? Não troquei meu nome. Não troquei meu nome por causa dela, da mãe do meu filho. Ela... Que antes, quando trocava o nome na certidão de casamento, aparecia uma averbação embaixo, 'Fulano de tal mudou de gênero e passou a se chamar fulana de tal'. Agora não, pra não constranger as trans, constrange a outra parte: 'Fulana de tal casou com fulana de tal', e ela não quer. Ah, ah, mas é só um papel... Sim, mas se ela for fazer um, comprar um imóvel, se ela for fazer uma nova carteira de identidade, um passaporte, uma coisa, ela tem que levar a certidão de casamento com averbação do divórcio. E é essa. E ela não quer isso".

Ainda sobre titulações, Amélia contou sobre quando trouxe à tona a sua identidade de gênero para a família. A reação de seus pais foi bastante preconceituosa, tratando a situação como patológica e vergonhosa. Mesmo assim, eles não quiseram cortar relações com ela e tampouco ela optou por este caminho. Segundo ela, seu pai paga seu tratamento psicoterapêutico até hoje, o que ela considera como uma legítima prova de amor:

"Ele disse: 'Tu é meu filho, vai ser sempre meu filho'. 'LHO', porque pra ele eu sou filho. Não, não sou filha, não tem isso. Se ele quer me chamar de filha, eu vou fazer, vou pedir para fazer um teste de sanidade mental, porque ele está fora. [...] Mas esse apoio todo da família, eu tive condições [...] Sim, ele, ele me aceitou né? Me aceitou como eu sou, embora para ele eu seja filho, mas... Mas não me mandou embora, não me largou. Não, não me deserdou, porque ele podia..."

Ao adentrar o assunto da criação de seu filho, Amélia relatou que criá-lo tem sido, ainda que gratificante, também desafiador. A participante comentou que o filho apresenta um

retraimento emocional importante, que gerou preocupação e foi investigado. Apesar de a investigação não ter apontado para diagnósticos específicos, essa característica parece ser algo que gera sofrimento para Amélia enquanto pai. Atribuiu essa situação, entre outros fatores, à pandemia. Nesse sentido, ela contou que investiu muita energia estimulando seu filho. Segundo Amélia, ao longo do último ano, ele tem demonstrado avanços promissores na flexibilidade emocional e social, gerando orgulho nas suas cuidadoras: *"E ele vê vídeos em inglês praticamente no YouTube, sabe? Ele entende em inglês e ele fala e me critica: 'Não, pai, não tenta falar inglês, que tu não consegue!'* (risos). *Mas assim, é muito legal. É muito emocionante ver o crescimento dele, sabe?"*

Amélia contou que tem sido uma experiência muito positiva dividir os cuidados com a mãe de seu filho. Organizar a rotina em torno de duas figuras principais parece facilitar o dia-a-dia e contribuir para que as duas possam se dedicar a outras atividades, como sair com amigos. Amélia relatou que existe um empenho grande para ver seu filho superar as dificuldades emocionais que parece estar enfrentando. Apesar de constantemente buscar uma boa criação para ele, Amélia contou que seus pais ainda colocam dúvidas em relação à sua capacidade de desempenhar essa tarefa: *"O pai e a mãe dão umas chamada também: 'Não, porque teu filho não sei o quê'. Eles me criticavam muito, até algumas coisas criticavam o [nome do filho]"*. Ela referiu um receio de que a sua identidade de gênero influencie negativamente o filho, contribuindo para torná-lo uma criança amedrontada ou retraída: *"A gente tá pensando assim, de repente, tem que investigar se ele não tem medo de que... pelo pai ser trans... alguém vá pra cima dele, tipo: 'Ah, teu pai...', sabe?"*

Amélia contou que, enquanto mulher exercendo a paternidade, surpreendeu-se com a acolhida do colégio de seu filho que, no dia dos pais, auxiliou o menino a confeccionar uma lembrança inclusiva para ela: *"fez um cartãozinho, ele desenhou um papai que era uma menina. E aí eles tinham pedido uma foto do pai [...] De super herói, só que não era um Superman nem um Batman, era uma Supergirl. O papai é uma super Supergirl."*

Sobre a sua identificação com a figura paterna, Amélia contou que, eventualmente, a chamam de "mamãe". Esse tipo de suposição, segundo ela, é encarada com tranquilidade: *"É tranquilo, a Amélia é o pai do Lucas. No colégio tá tranquilo até onde a gente vai... Às vezes a pessoa confunde, chama de 'A mamãe'. Chama de mãe porque vê uma mulher e aí ele fala: 'É pai'. A pessoa já está aí. Depois 'A tua mãe', volta na 'Tua mãe', né? Mas isso não é preconceito"*.

Ao ser questionada sobre a eventual influência da identidade de gênero na parentalidade, Amélia reportou aspectos da ordem da desconstrução das performances

tradicionais da feminilidade. Ela reforçou a importância de não atribuir funções básicas a certos gêneros, atitude que pode criar estereótipos: *"Sim, por causa da idade, da transição, dos meus gostos e minhas coisas. Mas eu sempre gosto de andar de kart. Eu gosto de carro, né? Então tem umas coisas assim. Então, mas tem mulher, pô, tenho um grupo de kart"*.

Ao falar sobre o tratamento que recebeu de profissionais da saúde acerca do planejamento familiar, Amélia relatou que a equipe trouxe, em termos de informação, que o tratamento hormonal poderia acarretar a esterilidade temporária ou permanente, a depender do tipo e da duração. Mesmo assim, disse que iniciou seus tratamentos de forma autônoma, sem acompanhamento médico formal. Por fim, Amélia afirmou seguir buscando aprender e refletir acerca de seu gênero, sexualidade e das formas parentais possíveis. Finalizando a entrevista, ela citou que procura enfrentar os desafios da vida com resiliência, conquistando seu espaço enquanto pai e mulher com serenidade e paciência.

4 Discussão

Nessa seção consta a análise individual e conjunta dos casos, que buscou discutir os principais temas presentes nos relatos e identificar semelhanças e diferenças entre os casos. Organizou-se a discussão de acordo com os temas que emergiram a partir dos dados coletados, vinculados aos objetivos do estudo e aos eixos estruturantes dos relatos (história pessoal; ingresso no exercício parental; relações intrafamiliares; intersecções entre parentalidade e gênero e contato com serviços de saúde). São eles: ingresso no exercício parental; nomenclaturas, papéis e funções parentais; relação da identidade de gênero com a criação de filhos/as/es; redes de apoio e relação com a família de origem; vulnerabilidades no percurso parental; e contatos com serviços de saúde. Foram feitas comparações, contraposições e conexões entre as experiências relatadas pelas pessoas participantes, a partir do fio condutor que foi a narrativa de sua trajetória parental e das experiências nesse âmbito.

4.1 Ingresso no exercício parental

Marion passou pelo processo de identificação com o gênero feminino após já estar exercendo a paternidade, optando por seguir como pai de seus filhos. Ela se tornou pai pela primeira vez quando tinha 30 anos de idade, vindo conhecer este filho aos 64 anos. O reencontro foi emocionante e permitiu que ela e o filho ressignificassem os processos paternos e filiais, respeitando o tempo que estiveram separados e valorizando a trajetória que teriam pela frente. A respeito do filho mais novo, de 28 anos, ela acompanhou toda a criação e crescimento, embora tenha se sentido ausente enquanto pai. Esse sentimento pareceu estar ligado à não

conformidade total com as características masculinas que Marion considera atreladas à paternidade. Amélia, por sua vez, resolveu ter um filho após sentir-se pressionada pela esposa na época. Segundo ela, naquele tempo ainda não havia se identificado enquanto mulher, exercendo a paternidade junto ao filho. O processo de ingresso no exercício parental retratado por esses dois casos também foi identificado em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos (JAMES et al., 2016), na qual metade das pessoas participantes realizaram o processo de transição de gênero após já terem tido pelo menos um filho. Para Amélia, especificamente, este processo se deu no início da prática parental, quando seu filho tinha 2 anos.

Já Fran sempre quis ser mãe, embora considere ter cometido um erro em relação ao tempo e à pessoa com quem escolheu ter filhos. Elu descreveu com detalhes o seu processo de gravidez, que foi marcado pela separação de seu parceiro e pai do seu filho e pela solidão de enxergar-se como mãe solo. Embora não sendo uma pessoa trans, a história de Fran demonstra o que foi afirmado em PINHO, RODRIGUES e NOGUEIRA (2020) acerca de como pessoas trans, ao engravidarem, desafiam convenções de gênero que definem corpos grávidos com expressão e papéis atribuídos ao feminino. Isso porque foi desta forma que Fran relatou ter se sentido em relação a possuir um corpo não binário grávido, que teve suas características sexuais secundárias alteradas e assumidas como femininas, gerando desconforto em relação à forma com que este corpo seria lido pela sociedade.

4.2 Nomenclaturas, papéis e funções parentais

A adoção de nomenclaturas parentais e a atribuição de significado para a prática parental é um assunto que permeia o exercício da parentalidade de pessoas trans e não binárias. (ZAMBRANO, 2006). Sobre esse tema, Fran adotou a nomenclatura "mãe" por falta de alternativas viáveis e devido ao significado histórico associado a essa função, que envolve cuidado primário e dedicação, entre outras características. Assim, Fran pareceu conectar o conceito da função materna a essas qualidades, reconhecendo a importância de preservar a nomenclatura devido à sua associação intrínseca ao cuidado. Contudo, Fran também admitiu não ter encontrado opções reconhecidamente não binárias para substituir "pai" e "mãe", uma experiência compartilhada por outras pessoas do estudo de Olivia J. Fischer (2020) sobre parentalidades não binárias no Canadá.

Por sua vez, Marion e Amélia escolheram se identificar com a função paterna de cuidado, preferindo serem referidas como "pai". Inicialmente, Amélia buscou ser chamada de "mãe", mas, devido a conflitos com sua então parceira e mãe de seu filho, optou por manter a utilização da nomenclatura "pai", atribuindo um novo significado ao termo à medida que

desempenha esta função. A principal diferença do significado atribuído à utilização de nomenclaturas parentais apresentada por essas participantes reside na lógica que orienta a escolha do nome. Amélia e Marion, por exemplo, sugerem papéis parentais desligados das suas identificações de gênero, embora de formas particulares. Enquanto Amélia permite-se ser pai, em suas palavras, sem prejudicar a sua expressão e identificação enquanto mulher, Marion afirma desempenhar o papel de pai e pensar-se como avó no futuro. Assim, nota-se um tensionamento da binaridade das funções parentais, por meio do qual as participantes reapropriam-se de nomenclaturas historicamente associadas de modo normativo ao feminino e ao masculino.

Os tensionamentos e ressignificações exercidas por pessoas trans e não binárias a respeito da nomenclatura e função parental adotados tendem a desafiar a gramática de uma heterossexualidade fundadora, que ainda norteia o modo normativo de nomear os diferentes papéis de gênero. O termo heterossexualidade fundadora, segundo BUTLER (2003), refere-se à operação de poder que afirma que pessoas não heterossexuais, em termos de parentesco, só farão sentido se assumirem papéis de mãe ou pai. Assim, essas funções estão relacionadas à norma cis-hetero, obrigando mulheres a performarem a maternidade e assim sucessivamente. Essa constatação pode ser associada ao caso de Fran, que afirmou não ter encontrado nomenclatura não binária para autodenominar-se, reconhecendo-se, portanto, na função materna por reconhecer a significação histórica e social que existe.

Érica R. Souza (2013) entrevistou pessoas trans que possuem filhos e problematizou acerca dos papéis parentais ligados diretamente às configurações binárias de gênero. Enxergá-los como estáveis e sólidos torna a existência de indivíduos trans e não binários difícil, já que traçam seus caminhos na parentalidade através da negociação entre maternidades, paternidades e gênero, como visto no presente estudo.

David Schneider (1984) traz o construto de parentesco enquanto uma construção que só pode ser compreendida como prática realizada, sem refletir estruturas anteriores internalizadas pelo conjunto social como, por exemplo, a de uma família branca cisgênero e heterossexual. Com base nessa definição, pode-se afirmar que cada uma das três pessoas participantes desta pesquisa, de uma forma individual e personalizada, construiu uma relação própria com as funções parentais, tentando acomodar suas questões de gênero e os significados apresentados de forma hegemônica para tais funções, reformulando-os e ampliando-os. Segundo PINHO, RODRIGUES e NOGUEIRA (2020), pessoas trans e não binárias realizam, com certa frequência, a ressignificação da experiência da parentalidade para sentirem-se adequadas às suas práticas e expressões de criação de uma criança.

4.3 Relação da identidade de gênero com a criação de filhos/as/es

As pessoas que participaram deste estudo também mencionaram eventuais influências do seu gênero no modo de criação de seus filhos. Para Marion, Fran e Amélia, os conhecimentos de diversidade de gênero, adquiridos a partir de suas próprias experiências e estudos, parecem atravessar as suas experiências parentais por meio de práticas e diálogos educativos. Fran optou por criar o filho sem categorizá-lo como "menino" e escolheu para ele um nome "neutro", ou seja, sem atribuição binária *a priori*, o que parece evitar retificações futuras dependendo do gênero com o qual o filho se identificar. Essas ações, somadas ao diálogo sobre o tema do gênero, pareceram disponibilizar ao filho de Fran uma perspectiva empática e respeitosa frente à diversidade de gênero. Marion, por sua vez, relatou que recebeu muito acolhimento do filho mais novo no seu processo de transição de gênero, percebendo a postura respeitosa do filho que recém havia conhecido a sua identidade. Amélia também relatou experiências positivas em relação à sua transexualidade e à experiência parental, como por exemplo, quando seu filho, no dia dos pais, desenhou uma super heroína para presentear-lá. Esses achados contrariam os dados de uma pesquisa estado-unidense (JAMES et al., 2016) segundo a qual cerca de 21% de pessoas trans e não binárias que assumiram sua identidade de gênero em público experimentaram o afastamento de pelo menos um de seus filhos, seja temporário ou permanente. Isso porque Fran, Amélia e Marion parecem ter tido uma experiência positiva frente ao contato de seus filhos com suas experiências de gênero. Essa diferença pode ser associada a diferenças culturais existentes entre os países, como a existência de um currículo escolar que inclua, em escala nacional, a educação sexual nas escolas, podendo esta incluir temáticas relacionadas à diversidade de gênero (FIORINI, 2020).

Mesmo assim, Amélia indicou medo de que seu filho sofra preconceito por ela ser uma mulher trans, associando o retraimento emocional da criança a isso. Este temor também foi relatado por participantes de uma pesquisa (HAINES, AJAYI e BOYD, 2014) realizada com 50 famílias trans nos Estados Unidos, que constatou a preocupação dessas pessoas com o bem estar de seus filhos como uma questão central na trajetória parental. Segundo os autores, existe uma preocupação sobre o estigma associado à transexualidade ser transferido aos filhos, tornando-os possíveis alvos de preconceitos e discriminações.

Nessa mesma direção, Marion, Fran e Amélia destacaram como as suas capacidades parentais foram questionadas por outras pessoas devido à identidade de gênero e/ou orientação sexual. BUTLER (2003) observa que qualquer variação no modelo de parentesco que se afaste das formas tradicionais de famílias heterossexuais é considerada, pela norma cisheterossexual,

como potencialmente perigosa para as crianças, desafiando leis tidas como naturais e culturais que, supostamente, sustentam a compreensão humana. Esse questionamento parece surgir especialmente quando pessoas trans e não binárias assumem papéis de geração, criação e/ou educação de crianças, levantando a questão de se a cultura heterossexual será transmitida para a próxima geração.

4.4 Redes de apoio e relações familiares

No que diz respeito ao desempenho da parentalidade, as pessoas participantes da pesquisa evidenciaram que a presença de redes de apoio e/ou uma relação positiva com a família de origem desempenharam um papel fundamental na sustentação da responsabilidade parental. Esse achado concorda com a literatura, que indica que a presença de redes de apoio suportivas, compostas por membros da família, é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar de pessoas trans e não binárias (HAFFORD-LETCHFIELD et al., 2019).

Contudo, entre as pessoas participantes do estudo, também foram observadas situações de rejeição familiar e agressões intrafamiliares. Estes ocorridos foram relatados por Marion, Fran e Amélia de formas diferentes. Marion apontou a sistemática exclusão que sua família realizou contra ela, atribuindo o fato à sua identidade de gênero. Fran relatou as vivências com sua família de origem, as quais envolveram a utilização de pronomes incorretos e do seu nome morto². Amélia falou sobre as inúmeras concessões que abriu para continuar convivendo com sua família de origem, entre elas ser chamada pelo pronome masculino. Estes achados corroboraram aqueles encontrados em um estudo conduzido nos Estados Unidos, em que 50% dos participantes relataram ter enfrentado, durante seu processo de identificação de gênero, pelo menos uma manifestação de rejeição por parte de membros familiares, sendo eles da família nuclear, cônjuges ou descendentes (JAMES et al., 2016).

De acordo com HAINES, AJAYI e BOYD (2014), muitas pessoas que passam por um processo de transição de gênero possuem o objetivo de realizá-lo "no local", isto é, buscando manter estáveis a carreira, família, relações amorosas e amigos. Neste estudo, Fran e Amélia relataram os esforços que realizaram para continuarem em contato com suas famílias de origem, como anteriormente citado, suportando inúmeras agressões contra o gênero com que se identificam. Mesmo assim, pontuaram a importância da convivência de seus filhos com a sua família de origem, optando por tolerar algumas dessas manifestações agressivas para não perder

² Termo usado para fazer referência ao antigo nome de registro de uma pessoa trans após mudança de nome (SINCLAIR-PALM e CHOKLY, 2023)

suas redes de relacionamentos ou para não prejudicar os filhos. Esse fenômeno de busca das pessoas trans por relações, apesar dos maus tratos, pensando no bem estar dos filhos, foi observado também em um estudo croata (ŠTAMBUK, MILKOVIĆ e MARIČIĆ, 2019). Ainda, segundo HAINES, AJAYI e BOYD (2014), algumas dessas relações podem passar por um reajuste de papéis em função do processo de transição, envolvendo ou não conflitos. As experiências de Amélia vão de encontro a esta reconfiguração, pois sua esposa passou a ser uma amiga, e a relação conjugal tornou-se uma relação coparental.

HAINES, AJAYI e BOYD (2014) constataram que pessoas trans e não binárias podem passar por níveis altos de stress associados a conflitos com outras pessoas envolvidas na criação de seus filhos. As mudanças que ocorrem na dinâmica familiar em função de uma transição de gênero podem ocasionar, em alguns casos, quebra de relações e até mesmo episódios de violência e agressões. Isso foi observado no caso de Marion, que relatou brigas familiares relacionadas ao preconceito com a sua identidade de gênero, em um nível de transfobia da ex-parceira contra ela. Amélia também relatou conflitos com sua então esposa quando iniciou a sua transição de gênero. Contudo, as duas chegaram a um acordo de amizade e cumplicidade visando o bem-estar do filho. Trata-se de uma resolução importante não apenas para o bem-estar da participante, mas também o filho, na medida em que maior qualidade da relação parental propicia melhor desenvolvimento psicossocial dos filhos (HAINES; AJAYI; BOYD, 2014).

Marion, Fran e Amélia relataram o sofrimento inerente ao preconceito que vivenciaram dentro de suas famílias de origem, que parece ter contribuído para um discurso e para uma tentativa de exercer a função parental de modo diferente do que conheceram no início de suas vidas, junto aos seus pais e mães. Tais relações familiares atravessaram o modo como as pessoas participantes constituíram as suas concepções parentais próprias. Fran, por exemplo, relatou exercer a criação de seu filho de forma comunitária, para que ele contate diferentes realidades e que, mesmo com o referencial materno, possa construir outras relações familiares livremente. Assim, Fran demonstra a ruptura da ordem simbólica do parentesco, processo por meio do qual, conforme Judith Butler (2003) afirma, laços parentais podem ser definidos como a intensificação de laços comunitários, baseados ou não em relações sexuais exclusivas ou duradoras. Amélia também explora as funções parentais para além de molduras conjugais, quando ilustra que ela e a mãe de seu filho realizam um trabalho de coparentalidade, já que não existe mais entre elas uma relação conjugal.

4.5 Vulnerabilidades na trajetória parental

Segundo CHINAZZO et al. (2021), pessoas trans e não binárias, em função de vivenciarem um processo de marginalização e discriminação estrutural, possuem vulnerabilidade para desfechos negativos em saúde mental, como depressão, ansiedade e risco de suicídio. Marion, Fran e Amélia ilustraram diferentes situações de vulnerabilidade, vivenciadas de forma entrelaçada ou não ao percurso parental.

Através da rejeição sistemática às suas identidades de gênero, a família de Marion, segundo ela, prejudicou a sua saúde mental, situação que a impediu de trabalhar e a colocou em uma posição econômica vulnerável. Ela relatou duas tentativas de suicídio, em uma das quais contou com o apoio de um de seus filhos. Fran, em função do desemprego, também enfrentou dificuldade econômica, que ocasionou a perda temporária da guarda de seu filho e gerou grande desconforto emocional e sentimento de solidão. Elu relatou sentir dificuldades de encontrar e manter-se empregado, sobretudo em função da sua identidade de gênero. Amélia não narrou episódios de vulnerabilidade econômica, mas trouxe inúmeros episódios de tentativas de apagamento da sua subjetividade por parte da própria família, acarretando uma vulnerabilidade emocional. Nesse sentido, os dados concordam com a literatura, que indica que pessoas trans e não binárias que sofrem com rejeição ou com a ausência de apoio familiar possuem duas vezes mais chances de vivenciarem dificuldades econômicas e maior probabilidade de cometer tentativas de suicídio ao longo da vida (JAMES et al., 2016).

4.6 Contatos com serviços de saúde

O contato com serviços de saúde foi retratado por Marion, Fran e Amélia de distintas formas. Marion relatou a realização de alguns procedimentos de redesignação sexual. Nas consultas médicas e psicológicas, recebeu as explicações necessárias sobre suas questões reprodutivas, como informações sobre possibilidade de preservar gametas, esterilidade causada pelos procedimentos, entre outros. No entanto, enfatizou a demora nos procedimentos, fato atribuído à falta de prioridade nos serviços em virtude da sua idade mais avançada. Já Fran mencionou não ter interesse em realizar tratamento hormonal ou procedimentos cirúrgicos. Contudo, nas consultas que realizou em ambulatórios especializados para atender à população trans, sentiu que não foi enxergado em questões não vinculadas diretamente à redesignação sexual. Nessa direção, ressalta-se que, de acordo a Resolução N° 2.265 do Conselho Federal de Medicina (2019), ambulatórios especializados para pessoas trans podem ter a função de acolher demandas que não se ligam de forma direta a procedimentos de redesignação sexual, como atendimentos ambulatoriais, o que parece ter sido falho nesse caso. Ressalta-se que o cuidado com pessoas trans e não binárias não deve se limitar às prescrições hormonais ou ao

planejamento e realização de cirurgias específicas, mas sim também abarcar outras questões biopsicossociais relevantes em suas vidas, tais como relacionamentos, trabalho, parentalidade, sexualidade, etc..

Por fim, Amélia relatou ter tido uma breve experiência com serviços de saúde, mas optou por realizar a automedicação através do uso de hormônios. SILVA et al (2022) afirmam que pessoas trans e não binárias podem recorrer à automedicação pelas barreiras encontradas no processo de avaliação para adquirir prescrição hormonal ou por temerem o sofrimento de ações discriminatórias por profissionais da saúde.

Apesar do atendimento narrado por Fran ter sido limitado em termos de acolhimento e escuta de necessidades específicas, ele teve, assim como Amélia e Marion, seus desejos reprodutivos e possibilidade de planejamento familiar assegurados. Essas experiências são diferentes das encontradas em uma pesquisa realizada na Austrália por VON DOUSSA, POWER e RIGGS (2015), por exemplo, em que participantes relataram não terem tido a oferta de planejamento familiar assegurada, submetendo-se a procedimentos que causam esterilidade por tempo indeterminado sem o conhecimento desta consequência. Assim, se nota que os serviços acessados, na perspectiva das pessoas participantes do presente estudo, garantiram os direitos reprodutivos de pessoas trans e não binárias no âmbito público da saúde, em acordo ao que preconiza o Ministério da Saúde na Portaria Nº 2.836 (BRASIL, 2011).

5 Conclusão

Os dados analisados neste estudo demonstraram a existência de um vasto repertório de possibilidades no que toca às trajetórias rumo à parentalidade e ao exercício da função parental entre pessoas trans e não binárias. Por isso, não houve pretensão das autoras em buscar a generalização dos resultados aqui encontrados. Mesmo assim, foi possível estabelecer paralelos em relação a vivências constatadas em outras pesquisas realizadas ao redor do mundo, em países como Argentina, Estados Unidos, Croácia e Austrália. A análise individual e conjunta dos casos apresentados neste estudo, embasada nos estudos referenciados, vai de encontro às vulnerabilidades constatadas em outras áreas das vidas de pessoas trans e não binárias (CHINAZZO et al., 2021; FAVERO; SOUZA, 2019), para além da parentalidade. Especificamente, percebeu-se a existência de conflitos familiares importantes e dificuldades econômicas que impactam o exercício parental.

Uma das limitações desta pesquisa foi a dificuldade em recrutar participantes que se enquadrassem no perfil desejado, ou seja, pessoas trans e não binárias maiores de idade, residentes do Brasil e que exercem a parentalidade. Essa dificuldade pode ter sido influenciada

por vários fatores, desde a falta de acesso às formas de divulgação utilizadas para recrutar participantes até a relutância em compartilhar experiências pessoais sensíveis relacionadas à parentalidade em um contexto de pesquisa. Além disso, considera-se também o receio de enfrentar violência ou discriminação ao se assumir, perante à equipe de pesquisa, como uma pessoa trans ou não-binária.

Neste estudo, a inclusão de participantes abrangeu pessoas trans binárias e não binárias, reconhecendo, contudo, as diferenças que a literatura aponta em suas experiências parentais (BOWER-BROWN; ZADEH, 2020). Embora ambos os grupos tenham sido considerados, destaca-se a possibilidade de futuras pesquisas avaliarem cada categoria separadamente, visando uma compreensão mais aprofundada das particularidades dos diferentes posicionamentos e expressões de gênero. Por exemplo, Olivia J. Fischer (2020) aponta desafios específicos enfrentados por pessoas não binárias, como a falta de nomenclaturas parentais, distinguindo-se das experiências de pessoas trans binárias. Focalizando em cada grupo, estudos subsequentes podem proporcionar insights mais específicos para abordar necessidades e experiências exclusivas, enriquecendo a compreensão da diversidade nas transparentalidades.

Os resultados deste estudo trazem contribuições práticas para a Psicologia ao destacar a importância da conscientização e formação de profissionais de saúde mental sobre diversidade de gênero e sexualidade, promovendo uma compreensão mais complexa e culturalmente sensível das experiências parentais trans. A identificação das estratégias de resignificação das nomenclaturas parentais engendradas por pessoas trans e não binárias oferece uma base sólida para o desenvolvimento de intervenções personalizadas. Isso significa que compreender como as pessoas trans e não binárias reinterpretem os termos relacionados à parentalidade permite a criação de abordagens de acolhimento adaptadas às suas necessidades específicas. Na assistência direta, destaca-se a relevância das redes de apoio e a necessidade de intervenções personalizadas no planejamento reprodutivo. As vulnerabilidades econômicas e sociais ressaltadas contribuem para a formulação de políticas públicas mais equitativas, considerando os desafios enfrentados por pessoas trans e não binárias na parentalidade. Finalmente, destaca-se a importância do reconhecimento legal e social das diversas configurações familiares, apontando para a necessidade de leis mais inclusivas, que contemplem pessoas trans e não binárias.

Referências

- ÁLVAREZ-DÍAZ, Jorge Alberto. ¿La maternidad de un padre o... la paternidad de una madre? Transexualidad, reproducción asistida y bioética. *Gaceta Médica de México*, v. 146, n. 2, 2009.
- ANGONESE, Mônica.; LAGO, Mara Coelho de Souza. Família e experiências de parentalidades trans. *Revista de Ciências Humanas*, v. 52, p. 1–18, 31 dez. 2018.
- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 256–270, 2017.
- BESSE, Margaret; LAMPE, Nik M.; MANN, Emily S. Experiences with Achieving Pregnancy and Giving Birth Among Transgender Men: A Narrative Literature Review. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, v. 93, n. 4, p. 517–528, 2020.
- BLANKENHEIM, Thaís; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado; SILVA, Denise Regina Quaresma. Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 243–249, 2018.
- BOWER-BROWN, Susie. Beyond Mum and Dad: Gendered Assumptions about Parenting and the Experiences of Trans and/or Non-Binary Parents in the UK. *LGBTQ+ Family: An Interdisciplinary Journal*, v. 18, n. 3, p. 223–240, 27 maio 2022.
- BOWER-BROWN, Susie; ZADEH, Sophie. “I guess the trans identity goes with other minority identities”: An intersectional exploration of the experiences of trans and non-binary parents living in the UK. *International Journal of Transgender Health*, v. 22, n. 1–2, p. 101–112, 2020.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.
- BRASIL, M. DA S. Portaria Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011: Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Ofício circular nº2/2021/CONEP/SECNS/MS*. [s.l.] Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa., 2021.
- BRASIL, SUB-CHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei Geral Nº 13.709 de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 18 de agosto de 2018.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 219–260, 2003.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York; London: Routledge, 2004.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. suppl 3, p. 5045–5056, out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução N° 2.265. *Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n° 1.955/2010*. 20 de setembro de 2019.

FAVERO, Sofia Ricardo; SOUZA, Fernanda Hermínia. (Des)patologizar é (des)diagnosticar? Inquietações sobre as disputas por autonomia no campo político. *Revista Periódica*, v. 1, n. 11, p. 303–323, 12 nov. 2019.

FIORINI, Jéssica Sampaio. Educação sexual na escola: currículo e práticas [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: *Cultura Acadêmica*, 2020, 197 p.

FISCHER, Olivia J.. Non-binary reproduction: Stories of conception, pregnancy, and birth. *International Journal of Transgender Health*, v. 22, n. 1–2, p. 77–88, 2020.

GORIN, Michelle Christof et al. O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Revista da SPAGESP*, v. 16, n. 2, p. 3–15, 2015.

HAFFORD-LETCHFIELD, Trish et al. What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review. *Health & Social Care in the Community*, 2019.

HAINES, Beth A.; AJAYI, Alex A.; BOYD, Helen. Making trans parents visible: Intersectionality of trans and parenting identities. *Feminism & Psychology*, v. 24, n. 2, p. 238–247, maio 2014.

JAMES, Sandy E. et al. *The Report of the 2015 U.S. Transgender Survey*. Washington, DC: National Center for Transgender Equality, 2016.

SINCLAIR-PALM, Julia.; CHOKLY, Kit. ‘It’s a giant faux pas’: exploring young trans people’s beliefs about deadnaming and the term deadname. *Journal of LGBT Youth*, v. 20, n. 2, p. 370–389, 3 abr. 2023.

PEREIRA, Danilo Martins Roque et al. Evidências científicas sobre experiências de homens transexuais grávidos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 31, 2022.

PINHO, Ana R.; RODRIGUES, Liliana; NOGUEIRA, Conceição. (Des)Construção da parentalidade trans: Homens que engravidam. *ex æquo*, n. 41, 15 jun. 2020.

REISNER, Sari L.; HUGHTO, Jaclyn M. W. Comparing the health of non-binary and binary transgender adults in a statewide non-probability sample. *PLOS ONE*, v. 14, n. 8, p. e0221583, 27 ago. 2019.

SCHNEIDER, David. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1984.

SILVA, Ricardo Araújo. et al. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27,

n. 2, p. 503–514, fev. 2022.

SOUZA, Érica Renata. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 56, n. 2, p. 397–430, 2013.

SOUZA, Larissa Beatriz Francisca et al. Assistência à saúde do homem transgênero durante o ciclo gravídico puerperal: Uma revisão integrativa. *Revista Nursing*, v. 25, n. 292, p. 8566–8577, 2022.

ŠTAMBUK, Marina; MILKOVIĆ, Marina; MARIČIĆ, Antonija. Motivation for Parenthood among LGBTIQ People in Croatia: Reasons for (not) Becoming a Parent. *Revija za sociologiju*, v. 49, n. 2, p. 149–173, out. 2019.

TRAJANO, Mariana Gracindo. *Entre a cruz e a espada: Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos*. 2019. 170p. Dissertação. (Mestrado em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente) - Fundação Oswaldo Cruz, RJ. 2019.

VON DOUSSA, Henry; POWER, Jennifer.; RIGGS, Damien. Imagining parenthood: the possibilities and experiences of parenthood among transgender people. *Culture, Health & Sexuality*, v. 17, n. 9, p. 1119–1131, 21 out. 2015.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. [s.l.] Bookman, 2010.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 26, p. 123–147, 2006.

Anexos
ANEXO A

Normas de formatação - Revista Periódicus

As submissões são online, e não há cobrança de taxas ou encargos. As pessoas autoras devem se cadastrar no sistema da Revista Periódicus para submeterem textos. Caso não seja cadastrada, acesse o [site](#) e siga as instruções. Não esqueça de marcar os papéis de leitor e autor. Um tutorial de submissão de artigos no Sistema SEER, pode ser acessado no seguinte [link](#).

As autoras devem atender as seguintes orientações:

- a) os textos não devem ter identificação de autoria;
- b) são aceitos textos em português, espanhol e inglês;
- c) utilize processador de texto compatível com formato .RTF, .DOC ou .ODT;
- d) a folha deve ter tamanho A4;
- e) todas as margens em 2,5cm.

O texto deverá ser formatado com os seguintes itens:

01) título: fonte Times New Roman, corpo 12, negrito, alinhamento centralizado, espaço entre linhas 1. Primeira letra em maiúscula, títulos de livros em itálico. O tamanho máximo é de 100 caracteres com espaço.

02) título em inglês: fonte Times New Roman, corpo 10, negrito, alinhamento centralizado, espaço entre linhas 1. Primeira letra em maiúscula, títulos de livros em itálico. O tamanho máximo é de 100 caracteres com espaço.

03) título em espanhol: fonte Times New Roman, corpo 10, negrito, alinhamento centralizado, espaço entre linhas 1. Primeira letra em maiúscula, títulos de livros em itálico. O tamanho máximo é de 100 caracteres com espaço.

04) 3 linhas em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1.

05) resumo: fonte Times New Roman, corpo 10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1. O termo "Resumo" vai em negrito, seguido de dois pontos. O tamanho máximo é de 1.000 caracteres com espaço.

06) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.

07) palavras-chave: mesma configuração do resumo. O termo "Palavras-chave" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.

- 08) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1.
- 09) abstract: mesma configuração do resumo. O termo "Abstract" vai em negrito, seguido de dois pontos. O tamanho máximo é de 1.000 caracteres com espaço.
- 10) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.
- 11) keywords: mesma configuração do resumo. O termo "Keywords" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.
- 12) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.
- 13) resumen: mesma configuração do resumo. O termo "Resumen" vai em negrito, seguido de dois pontos. O tamanho máximo é de 1.000 caracteres com espaço.
- 14) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.
- 15) palabras clave: mesma configuração do resumo. O termo "Palabras clave" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.
- 16) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.
- 17) epígrafe: recuo à esquerda de 6cm, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1, alinhamento justificado. Depois da epígrafe: 1 linha em branco, fonte times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.
- 18) corpo do trabalho: entrada de parágrafo = 1 toque de tabulação = 1,25cm. Texto em fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1,5.
- 19) citação recuada: em caso de citação que ultrapasse 3 linhas, a mesma deverá ser inserida em parágrafo próprio, com recuo de 2 toques de tabulação (= 2,5cm), fonte Times New Roman, corpo 10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1. Para separar o texto da citação do corpo do trabalho utilize 1 linha em branco antes e outra depois, com fonte 10 e espaço entre linhas 1. As citações com até 3 linhas devem ser marcadas com aspas duplas e inseridas no corpo do texto. Precisarão conter o nome do autor, o ano da obra e as páginas, apresentadas de acordo com os casos exemplificados abaixo.
- 20) se o trabalho possuir subdivisão interna, os títulos de cada parte serão grafados na mesma fonte e corpo do texto, destacados em negrito e posicionados à margem esquerda, precedidos pelo numeral arábico correspondente à subdivisão (com apenas um espaço de separação entre o numeral e o título da subdivisão - sem traços ou pontos).
- 21) se o artigo possuir notas explicativas, estas deverão ser inseridas utilizando o recurso "Inserir nota de rodapé" (no caso do Microsoft Word) ou recurso semelhante. As notas devem aparecer ao pé da página em que ocorre a inserção, em fonte Times New Roman, corpo

10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1, precedidas pelo numeral arábico que as identificam.

22) ao final do artigo, inserir duas linhas em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1,5.

23) referências: logo após estas duas linhas em branco deverão constar as Referências, em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1. O termo "Referências" vai em negrito e não é acompanhado de dois pontos. Deixe uma linha em branco (corpo 12, espaço entre linhas 1) para separar cada item citado nas referências (confira os modelos de referência abaixo).

24) o texto deve ser salvo no formato .RTF, .DOC ou .ODT.

25) Não há um limite mínimo ou máximo de páginas.

Os textos submetidos em inglês devem apresentar, seguindo as indicações acima e nessa ordem, Abstract, Resumo e Resumen. Os textos submetidos em espanhol devem apresentar, seguindo as indicações acima e nessa ordem, Resumen, Resumo e Abstract.

Pede-se que o destaque de palavra com emprego não convencional seja feito com aspas simples; deve-se empregar o uso de itálico somente para termos estrangeiros, neologismos e títulos de livros e periódicos.

Se houver ilustrações, a qualidade deve ser a necessária para uma boa reprodução. Deverão ser identificadas, com título ou legenda, e designadas, no texto, de forma abreviada, como figura (Fig. 1, Fig. 2, etc.). Em caso de ilustrações já publicadas, mencionar a fonte. As tabelas conterão título e, no texto, serão denominadas de forma abreviada (Tab.1, Tab.2, etc.). Os anexos serão colocados após as referências, apresentados em algarismos romanos.

Pedimos que não utilize colunas. Caso seja preciso formatar algum tipo de texto em mais de uma coluna, utilize o recurso "Inserir Tabela". Lembre-se de que é possível tornar invisíveis as linhas das tabelas.

Exemplos de citações e referências

As citações com até 3 linhas devem ser marcadas com aspas duplas e inseridas no corpo do texto. Precisam conter o nome do autor, o ano da obra e as páginas, apresentadas de acordo com os casos exemplificados abaixo.

1) idéias do autor mencionadas ao longo do texto:

Ex: como diz BUTLER (2000, p.43).

1.1) caso o nome do autor apareça por completo:

Ex: segundo Judith Butler (2000)

2) referências após citação:

Caso tenha sido utilizado outro tipo de suporte, que não o bibliográfico, seguir as observações abaixo:

1) CD-ROM: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome sem abreviatura. Título (em itálico). Local de publicação: Editora, Data. Indicar o volume de CD.

Ex: SPINELLI JUNIOR, Jayme. Conservação de acervos bibliográficos e documentais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [200-]. 1 CD-ROM

2) sites da Internet: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome sem abreviatura ou ENTIDADE. Data de criação ou atualização da página. Título (em itálico). Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em dia, mês, ano.

Ex: PIRES, Paulo Roberto. [s.d]. Vida literária 2000. Disponível em: Acesso em 28 jul 2005.

No corpo do texto, caso o autor deseje abreviar o título de um livro, de um conto etc., na sua primeira menção, deve escrevê-lo por extenso e, nas demais, denominá-lo pelo primeiro termo. Por exemplo: o livro *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo, poderá ser referido como *Autópsia*. Para destacar o título de poemas, contos e canções, solicita-se o uso de aspas duplas.

ANEXO B

Parecer do CEP/UFCSPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trajetórias rumo à parentalidade: Experiências de pessoas trans e não-binárias

Pesquisador: DANIELA CENTENARO LEVANDOWSKI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68396923.3.0000.5345

Instituição Proponente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.045.472

Apresentação do Projeto:

Estudo de casos múltiplos, de caráter qualitativo e transversal sobre a parentalidade, um conceito que abrange a prática da criação de crianças, exercida por pais biológicos, adotivos ou outros criadores que assumem o papel parental, independentemente de sexo biológico, gênero e/ou orientação sexual. No Brasil, a função parental exercida pela população trans e não binária ainda é pouco explorada na literatura científica. Sabe-se que essas pessoas enfrentam desafios na jornada da parentalidade, como barreiras legais, acesso limitado a serviços de saúde (inclusive reprodutiva), discriminação, estigma e preconceito da sociedade em geral e dos profissionais de saúde, entre outros. O estudo pretende descrever a trajetória e a experiência parental de pessoas trans e não binárias, e identificar especificamente as facilidades e barreiras encontradas no exercício da parentalidade. E Ainda, investigar o acesso dessas pessoas à informação sobre saúde reprodutiva e planejamento familiar, bem como o processo de decisão em relação à parentalidade e os recursos utilizados para tal (reprodução sexual, reprodução assistida, adoção, etc.). Por fim, busca-se descrever a experiência de pessoas trans e não binárias junto a sistemas de apoio e assistência à parentalidade (hospital, sistema de adoção, assistência social, clínicas especializadas em reprodução assistida, etc.). O com delineamento dos casos múltiplos, visa a análise aprofundada de cada caso. Estima-se a participação de quatro pessoas, cujo recrutamento se dará através da divulgação do estudo nas redes sociais e da estratégia de bola de neve. A coleta de dados incluirá

Endereço: Rua Sarmento Leite, 245, prédio 03, sala 605

Bairro: Sarmento

CEP: 90.050-170

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3303-8804

E-mail: cep@ufcspa.edu.br

Continuação do Parecer: 6.045.472

uma ficha de dados pessoais, uma entrevista individual e um relato escrito acerca da trajetória e experiência parental, a ser elaborado pelos participantes. Espera-se que os resultados deste estudo possam promover a reflexão de profissionais que atuam com esses públicos a respeito dos seus desafios e potencialidades, possibilitando práticas de atendimento mais inclusivas e humanizadas. Ainda, que o estudo reforce a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para o atendimento das demandas de pais, mães e parentes cuidadores trans e não binários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Descrever a trajetória e a experiência de parentalidade de pessoas trans e não binárias brasileiras.

Objetivos Secundários:

- Investigar o acesso à informação de pessoas trans e não binárias no que toca à saúde reprodutiva e planejamento familiar;
- Examinar o processo de decisão dessas pessoas a respeito da concretização da parentalidade e os recursos utilizados para tal (reprodução assistida, adoção, etc.);
- Descrever a experiência de pessoas trans e não binárias junto aos sistemas de apoio e assistência à parentalidade (hospital, sistema de adoção, assistência social, clínicas especializadas em reprodução assistida, etc.); e
- Identificar facilidades e barreiras encontradas no exercício da parentalidade de pessoas trans e não binárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos mínimos estão envolvidos, por tratar-se de um estudo realizado com seres humanos. O maior desconforto será o tempo despendido para participar da pesquisa, assim como os sentimentos despertados frente a alguns questionamentos/itens dos instrumentos. Nesse sentido, será informado ao participante que, a qualquer momento, a pesquisa poderá ser interrompida visando a manutenção do seu bem-estar, que não será obrigatória nenhuma atividade e nem responder a todos os questionamentos/itens. Ainda, em qualquer caso, será oferecido um acolhimento inicial e garantida a indicação de profissionais ou serviços de atendimento psicológico.

Por se tratar de pesquisa virtual, também se torna necessário destacar os riscos relacionados às limitações das tecnologias utilizadas, bem como as limitações para que se assegure a confidencialidade total dos dados neste contexto. Contudo, a equipe de pesquisa empreenderá

Endereço: Rua Sarmento Leite, 245, prédio 03, sala 605

Bairro: Sarmento

CEP: 90.050-170

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3303-8804

E-mail: cep@ufcspa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



Continuação do Parecer: 6.045.472

esforços para evitar esse tipo de dano, a partir do uso de plataformas digitais recomendadas pela UFCSPA.

Benefícios:

Esta pesquisa prevê alguns benefícios, como a abertura de um espaço para escuta da trajetória e experiência da parentalidade dos participantes e a possibilidade de contribuir para a construção de conhecimento aprofundado e contextualizado à realidade brasileira das trajetórias de parentalidade de pessoas trans e não binárias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa importante e necessária para fomentar o debate e publicações sobre parentalidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados adequados para o Projeto.

Recomendações:

Sem recomendações quanto ao projeto apresentado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado para continuidade sem pendências éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer do Relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2090081.pdf	31/03/2023 13:26:54		Aceito
Outros	termo_compromisso_relatorios.pdf	31/03/2023 12:55:08	Eduarda Duarte Meireles	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TCC.docx	31/03/2023 09:44:36	Eduarda Duarte Meireles	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	31/03/2023 09:42:35	Eduarda Duarte Meireles	Aceito
Outros	Carta_orientacoes.pdf	29/03/2023 23:24:26	Eduarda Duarte Meireles	Aceito
Outros	Convite_divulgacao.jpg	29/03/2023 23:22:23	Eduarda Duarte Meireles	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	29/03/2023 23:20:25	Eduarda Duarte Meireles	Aceito

Endereço: Rua Sarmento Leite, 245, prédio 03, sala 605

Bairro: Sarmento

CEP: 90.050-170

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3303-8804

E-mail: cep@ufcspa.edu.br

Apêndices
APÊNDICE A

Ficha de Dados Pessoais

(Meireles, Stumm & evandowski, 2023)

1. **Como você gostaria de ser chamada?** _____
2. **Qual o seu email para contato?** _____
3. **Qual é o seu telefone para contato?** _____
4. **Qual é a sua idade?** _____ anos
5. **Em qual cidade você reside?** _____
6. **Como você descreve a sua identidade de gênero?** Mulher trans Homem trans (Travesti Não binarie Outra Como? _____
7. **Qual a sua profissão?** _____
8. **Você trabalha atualmente?** Sim Não
9. **Quantas horas por semana você trabalha?** _____ horas
10. **Qual a sua escolaridade?** Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo Pós-Graduação
11. **Você possui religião?** Sim Não Qual? _____
12. **Você realiza ou já realizou algum tratamento hormonal?** Não Sim Qual? _____
13. **Você já realizou alguma cirurgia?** Não Sim Qual? _____
14. **Como você descreve a sua orientação sexual?** Heterossexual Bissexual Homossexual Pansexual Outros Como? _____
15. **Você mora com quem?** Moro só Cônjuge/Companheiro(a/e) Pai/Mãe/Parente Irmã(o/e) Tio(a/e) Filho(a/e) Amigos(as/es) Outros: _____
16. **Qual o seu estado civil atual?** Solteiro/a/e Casado/a/e Divorciado/a/e Viúvo/a/e
17. **Qual o seu estado conjugal atual?** Solteiro/a/e Namoro aberto Namoro fechado Relação poliamorosa Coabitação Outro Qual? _____

18. **Você possui filhos/as/es?** Não Sim Quantos? _____

19. **Em que momento seu/sua/sue(s) filho/a/e(s) chegou na sua vida, considerando a sua identificação enquanto pessoa trans e/ou não binária?** () Antes de eu me identificar dessa forma () Enquanto eu estava iniciando esse processo de identificação () Depois que eu já me identificava dessa forma () Em diferentes momentos da minha vida Explique: _____

APÊNDICE B

Entrevista sobre a Parentalidade Exercida por Pessoas Trans e Não Binárias

(Meireles, Stumm & Levandowski, 2023)

Me chamo Eduarda Meireles, estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**Trajetórias rumo à parentalidade: Experiências de pessoas trans e não binárias**". Agora nós teremos um momento para conversarmos sobre a sua experiência de parentalidade. Quero muito conhecer como foi essa trajetória até aqui, pois entendo que isso pode ajudar os profissionais a prestarem um atendimento mais qualificado para pessoas trans e não binárias que estejam vivenciando o papel parental.

Agradeço muito a sua colaboração neste estudo, que servirá para melhor explorar as diferentes configurações de parentalidade que existem para além do espectro binário de gênero, bem como na elaboração de políticas públicas para qualificar o atendimento à população trans e não binária. Antes de começarmos a nossa conversa, queria destacar que você tem o direito de não responder a qualquer uma das perguntas que serão feitas, sem a necessidade de justificar-se. Também, que pode decidir interromper a nossa conversa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para ti.

Iniciando a trajetória de parentalidade

- Para começar, queria que você me contasse um pouco sobre como se tornou pai, mãe, cuidador/e/a parente.
- Você sempre quis exercer a parentalidade?
- Se sim, como foi concretizar esse desejo? / Se não, como isso aconteceu?
- Houve uma decisão pela parentalidade?
- Se sim, como você tomou a decisão?
- Quando isso aconteceu?
- Como foi todo o processo até a chegada da criança?
- Que dificuldades você enfrentou nesse tempo?
- E quais os aspectos que foram positivos e te ajudaram nesse processo?
- Você precisou de algum acompanhamento de saúde (física ou mental) nesse período?
- Como foi esse acompanhamento?
- Você recebeu apoio de outras pessoas?

- Se sim, de quem?
- De que forma as pessoas te apoiaram?

Particularidades da parentalidade para além da lógica binária

- Você acha a identidade de gênero importante para a parentalidade?
- Por que?
- De que forma você vê que a sua identidade de gênero atravessa o seu exercício parental?
- Como você se sente sendo uma pessoa transgênero ou não binária exercendo a parentalidade?
- Se você realiza algum tratamento hormonal ou já realizou alguma intervenção cirúrgica, em algum momento foi abordado o assunto da reprodução e/ou do planejamento familiar?
- De que forma você aborda ou planeja abordar as questões de gênero com seu/sua/sua filha/a/e?

Desafios e particularidades do exercício da parentalidade

- Como tem sido criar a sua criança?
- Você possui algum/a/e parceiro/a/e? Como é a relação de vocês com este filho/a/e?
- Vocês se ajudam no cuidado da criança? Se sim, de que forma?
- Você acha que ter um relacionamento amoroso é importante para a parentalidade? Por que?
- Você tem se sentido apoiado/a/e durante a sua trajetória de parentalidade? Por quem?
- O que tem sido mais difícil em relação a ser pai, mãe, cuidador/e/a parente?
- E o que tem sido mais gratificante?
- Você já sofreu algum tipo de preconceito em relação ao exercício da sua parentalidade?
- Você já buscou ajuda de algum profissional da saúde ou da assistência social a respeito da sua parentalidade?
- Se sim, como foi esta experiência? / Se não, algo te fez não buscar esse tipo de ajuda?

Fechamento

- Estamos no final da nossa conversa. Agradeço por todas as suas respostas até aqui. Para finalizar, queria saber se existe algum assunto que não tenha sido abordado e que você ache importante para a pesquisa ou algum comentário que você queira fazer sobre a nossa conversa ou sobre o assunto deste estudo.

Muito obrigada!

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Coleta online



Prezado/a/e:

Você está sendo convidado/a/e a participar do estudo "**Trajetórias rumo à parentalidade: Experiências de pessoas trans e não binárias**". A literatura referente às parentalidades de pessoas trans e pessoas não binárias ainda é escassa; por isso, se torna necessária a investigação das particularidades dessa experiência. Os resultados atingidos por este estudo objetivam contribuir para a visibilidade desse tema ainda pouco debatido na sociedade e na comunidade científica, e que inclui os direitos reprodutivos de pessoas trans e não binárias, o planejamento familiar dessas populações e das infinitas configurações possíveis de família, e o exercício parental por essas pessoas. Por esses motivos, a sua colaboração é um modo de ampliar a visibilidade sobre esses temas e essas vidas.

A sua participação no presente estudo envolverá a solicitação de informações pessoais, tais como e-mail ou telefone para contato, idade, cidade onde reside, profissão, escolaridade, religião, descrição da identidade de gênero e da orientação sexual, histórico de procedimentos realizados que se relacionam com o processo transexualizador, com quem mora, estado civil, quantidade de filhos, história de vida e de parentalidade. Posteriormente, caso você deseje, será realizada uma entrevista individual, com o objetivo de coletar mais informações acerca da sua trajetória e experiência de parentalidade, que será realizada através de uma videochamada com duração prevista de 60 minutos. Esta entrevista será gravada em áudio apenas, para posterior análise dos dados. Por fim, será solicitada a escrita de uma carta que relate livremente as suas vivências parentais. Esse material escrito poderá ser eventualmente publicado na íntegra, preservando a sua identidade.

Todos os dados coletados nesse estudo serão utilizados somente para fins científicos e poderão, eventualmente, ser apresentados em atividades científicas ou publicados, com a garantia de sigilo, preservando a identidade de cada participante.

Esse convite possui um caráter voluntário, o que significa que não envolverá custos. Você pode retirar o seu consentimento a qualquer momento. Como benefício, a sua participação servirá como espaço de escuta para suas experiências, além de contribuir para a visibilidade das experiências parentais de pessoas trans e não binárias. Por outro lado, a sua participação neste estudo oferece mínimos riscos, já que não estão previstos danos físicos ou psicológicos. Mesmo assim, eventuais riscos pela participação, como desconforto ou

sofrimento emocional, podem ocorrer. Nessas situações, caso haja a manifestação do participante ou a identificação desta demanda pela entrevistadora, será interrompida a coleta de dados para o estudo e garantido o acolhimento inicial e o encaminhamento para serviços especializados em saúde mental, sem ônus de qualquer espécie, conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 510, de 2016. O seu consentimento de participação na pesquisa também não retira o seu direito de indenização previsto nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012).

Reforça-se que você pode, a qualquer momento, retirar o seu consentimento para participar desta pesquisa ou se recusar a responder uma ou mais questões ou informações solicitadas. Ainda, de que todos os dados obtidos neste estudo possuem um caráter confidencial, preservando em todos os momentos a sua identidade. Por se tratar de uma pesquisa realizada na modalidade virtual, existem riscos, característicos deste ambiente, como a existência de uma potencial violação de dados, sendo essa uma limitação impostas às pesquisadoras para assegurar a total confidencialidade das suas informações. De toda forma, a equipe de pesquisa tomará todos os cuidados necessários para evitar danos dessa natureza, usando plataformas seguras e o armazenamento de todos os dados coletados em dispositivo eletrônico sem acesso à internet por um período de cinco anos, sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável. Após o prazo previsto, todos os dados serão destruídos.

Restando qualquer dúvida a respeito do estudo, você poderá entrar em contato com a acadêmica Eduarda Duarte Meireles (através do telefone (51) 9813-05655 ou do e-mail eduardame@ufcspa.com.br), cujo Trabalho de Conclusão de Curso está vinculado a esse estudo. Também poderá contatar a professora orientadora responsável pela pesquisa, Daniela Centenaro Levandowski, na UFCSPA, pelo telefone (51) 33038826 ou pelo email danielal@ufcspa.edu.br. Ainda, qualquer dúvida sobre as questões éticas do estudo poderá ser esclarecida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFCSPA, pelo telefone: (51) 3303-8804 ou diretamente no endereço Rua Sarmiento Leite, número 245, sala 605, Prédio 3 - Centro - Porto Alegre/RS, das 8h às 12h ou das 14h às 17h.

Salienta-se que, após assinalar a alternativa que você preferir, será possível guardar este documento eletrônico em seus arquivos pessoais. Para isto, basta fazer o *download* deste arquivo.

Diante das informações apresentadas acima:

Declaro que **SIM, ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA**. Li o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e quais os seus procedimentos. Fui esclarecido(a/e) acerca dos riscos e benefícios do estudo. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Tenho conhecimento de que receberei informação adicional acerca de qualquer dúvida relacionada a esta pesquisa. Sei que não serei identificado(a/e), sendo garantida a manutenção do sigilo e da privacidade das informações relacionadas a mim, durante todas as fases da pesquisa. Também entendi que será garantido a mim o acesso aos resultados da pesquisa.

Declaro que **NÃO ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA**.